

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANNA KAROLINA VEIGA SANTA HELENA

FAVELA, POLÍCIA E PACIFICAÇÃO EM CENA: UMA ANÁLISE DOS POLICIAIS
DOS FILMES *MORRO DOS PRAZERES* E *5X PACIFICAÇÃO*

Porto Alegre

2017

ANNA KAROLINA VEIGA SANTA HELENA

**FAVELA, POLÍCIA E PACIFICAÇÃO EM CENA: UMA ANÁLISE DOS POLICIAIS
DOS FILMES *MORRO DOS PRAZERES* E *5X PACIFICAÇÃO***

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Comunicação Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Freitas Gutfreind

Porto Alegre
2017

ANNA KAROLINA VEIGA SANTA HELENA

**FAVELA, POLÍCIA E PACIFICAÇÃO EM CENA: UMA ANÁLISE DOS POLICIAIS
DOS FILMES *MORRO DOS PRAZERES* E *5X PACIFICAÇÃO***

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Comunicação Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
PUCRS.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva - PUCRS

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Estela Montañó La Cruz - UNISINOS

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Freitas Gutfreind - PUCRS

Porto Alegre

2017

Para minha mãe, que sempre
acreditou e torceu tanto por mim

AGRADECIMENTOS

Aos amigos que dividiram os momentos de aprendizado, descobertas, angústias e alívios dos últimos dois anos.

Aos colegas do grupo de estudos Cinesofia e do grupo de pesquisa Kinepoliticom, por tantos ensinamentos, sugestões e inspirações.

À minha orientadora, Cristiane Freitas, pela compreensão, pela paciência, pela confiança, pela parceria. Enfim, por tudo.

Ao meu noivo, Renan, pelo incentivo, pela cobrança, pelas tantas palavras de conforto, pelos abraços e por dividir comigo essa vida incrível que estamos construindo.

Ao meu pai, pelo exemplo de força e de tantas outras coisas.

E à minha mãe, que, já com a voz fraca e pouca consciência, enquanto foi possível, não se esqueceu um dia de perguntar: "E o trabalho, como é que está?".

"No Rio, toca-se a vida. Pragmatismo é o bom senso dos realistas. A rotina segue entre pernadas, pouco sono e muito calor, música, cerveja, intermináveis viagens em trens e ônibus entupidos de gente, saudações efusivas, preces, gestos de carinho e uma incrível dose de violência, inclusive por parte das polícias, cuja brutalidade assassina compete de igual para igual com qualquer guarda pretoriana das ditaduras sangrentas que florescem no planeta. Os cariocas seguem seu destino com uma dose ainda mais incrível de *fair play* e humor. Em vez de desesperar, quando falta a luz e o ar, dançamos, cantamos, batemos tambor e os deuses nos despertam do pesadelo. Pelo menos por algumas horas tudo parece de novo possível. Somos felizes feito o diabo." (SOARES, 2015, p. 43).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a representação dos policiais das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos filmes *5x Pacificação* (2012), de Wagner Novais, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Cadu Barcellos; e *Morro dos Prazeres* (2013), de Maria Augusta Ramos. Para isso, inicialmente é pesquisada a presença do policial no cinema brasileiro, desde seus primórdios até os dias atuais, a partir de autores como Marco Antônio de Almeida (2007) e Luiza Lusvardi (2013 e 2014), traçando um paralelo com a noção de "fora de quadro", através de uma contextualização histórica e social sobre temas como a polícia e a "favelização" do Rio de Janeiro, tendo como base principal os estudos de Roberto Kant de Lima (1995) e Orlando Zaccone (2015). Posteriormente, são mencionados os filmes que, de alguma forma, perpassam pela questão das UPPs, relacionando-os com processo de criação e de implementação do projeto também no "fora de quadro". Na etapa da análise, são selecionadas sequências específicas dos filmes e a metodologia aplicada será inspirada na análise fílmica (AUMONT et al, 2006; AUMONT, MARIE, 2009). A partir das análises, percebe-se que o policial das UPPs representado nos filmes está em processo de formação e adaptação, mas que ainda tem muitas semelhanças com aquele presente no cinema brasileiro antes da pacificação, com comportamento violento e armas em punho. Ainda, é possível constatar o quanto os filmes anteciparam a situação atual em que se encontram as UPPs, quando os resultados do projeto não correspondem às expectativas iniciais.

Palavras-chave: Cinema brasileiro. Polícia. Favela. Pacificação.

ABSTRACT

This paper has the objective of study the representation of the policemen of the Pacifying Police Units (UPPs) in the movies *5x Pacificação* (2012), directed by Wagner Novais, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha and Cadu Barcellos; and *Morro dos Prazeres* (2013), directed by Maria Augusta Ramos. For this, firstly the presence of the policemen in the Brazilian cinema will be researched, since the beginning until the current days, using authors like Marco Antônio de Almeida (2007) and Luiza Lusvarghi (2013 e 2014), drafting to parallel with what will be called "out of frame", through the history and social context about subjects like the police and the process of emergence of favelas in Rio de Janeiro, based mainly on the studies of Roberto Kant de Lima (1995) and Orlando Zaccone (2015). After that, the movies that, in some way, talk about the UPPs, will be mentioned, connecting them with the creation of the project also "out of frame". At the analysis stage, specific sequences of the movies will be selected, and the methodology used will be inspired on the film analysis (AUMONT et al, 2006; AUMONT, MARIE, 2009). From the analyzes, is possible to see that the policeman of the UPPs is in a formation and adaptation process, but it still has similarities with the policeman present in the Brazilian cinema before the pacification, with violent behavior and weapons in hand. It's still possible to notice how much the movies anticipate the current situation of the UPPs, when the project results don't match the initial expectations.

Keywords: Brazilian cinema. Police. Favela. Pacification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização das 30 primeiras UPPs instaladas no Rio de Janeiro.....	48
Figura 2 - Fotograma da sequência dos policiais das UPPs conversando na favela - <i>Morro dos Prazeres</i>	57
Figura 3 - Fotograma da sequência de policiais relatando experiências - <i>5x Pacificação</i>	59
Figura 4 - Fotograma da sequência de treinamento dos policiais de UPPs - <i>Morro dos Prazeres</i>	63
Figura 5 - Fotograma da sequência de curso de policiais - <i>5x Pacificação</i>	66
Figura 6 - Fotograma da sequência de conversa de dois moradores do morro sobre as UPPs - <i>Morro dos Prazeres</i>	70
Figura 7 - Fotograma da sequência de debate entre os diretores do filme - <i>5x Pacificação</i>	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O POLICIAL NO CINEMA BRASILEIRO ANTES DAS UPPS	19
2.1 A POLÍCIA CARIOCA PELA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA	19
2.2 FORA DE QUADRO: POSSÍVEIS ORIGENS DE UM COMPORTAMENTO VIOLENTO .	25
2.3 A POLÍCIA E AS FAVELAS CARIOCAS PARA ALÉM DO CINEMA	32
3 O POLICIAL DAS UPPS NO CINEMA BRASILEIRO	39
3.1 AS UPPS PELA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA	39
3.2 AS UPPS PARA ALÉM DO CINEMA.....	42
4 ANÁLISE DOS FILMES	52
4.1 INTRODUZINDO A PACIFICAÇÃO NO CINEMA	52
4.2 ANÁLISE DE <i>MORRO DOS PRAZERES</i> E <i>5X PACIFICAÇÃO</i>	55
4.1.1 O policial das UPPs como indivíduo.....	57
4.1.2 O policial das UPPs como instituição	63
4.1.3 O policial das UPPs pelo morador de favela.....	69
5 CONCLUSÕES	76
REFERÊNCIAS	83
ANEXO A - Ficha técnica de <i>Morro dos Prazeres</i>	89
ANEXO B - Ficha técnica de <i>5x Pacificação</i>	90
ANEXO C - Listagem das Unidades de Polícia Pacificadora (por ordem crescente de inauguração)..	91

1 INTRODUÇÃO

O policial do Rio de Janeiro é um personagem bastante recorrente no cinema brasileiro. No que diz respeito aos filmes contemporâneos, a polícia aparece em suas mais variadas funções: inspetores e delegados civis são os protagonistas de *Operações Especiais* (2015), de Tomás Portella; depoimentos de integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) estão presentes nos documentários *Notícias de uma Guerra Particular* (1999), de João Moreira Salles e Kátia Lund, e *Ônibus 174* (2002), de José Padilha; e milicianos, representando os policiais corruptos, fazem parte da trama de *Tropa de Elite 2* (2010), também de José Padilha.

Estudar a representação desse policial pelo cinema brasileiro não é uma prática nova - e nem poderia, pois esse personagem se faz presente nas produções nacionais desde o início do século passado, quando, em 1908, foi lançado o filme *Os Estranguladores*¹, que reconstruiu um crime ocorrido em 1906 no Rio de Janeiro e que teve mais de 800 exhibições. E são muitas as possibilidades para se pesquisar filmes que trabalham com essa temática. Entretanto, o recorte deste trabalho é bastante específico: filmes que tenham como tema principal as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Antes, é importante destacar que, ao se trabalhar com filmes que apresentam essa temática, enfrenta-se a questão do gênero: afinal, o que faz com que um filme se enquadre dentro do gênero policial? Como destaca Almeida (2007, p. 138):

Os gêneros ficcionais [...] configuram um espaço relativamente aberto e flexível, onde muitas vezes as fronteiras não estão claramente delimitadas. Essas fronteiras são construídas e desconstruídas ao longo do tempo, através da criação de um corpus em permanente mutação, baseado no jogo de repetição e diferença.

No que diz respeito aos filmes de temática policial, eles podem estar enquadrados em gêneros como *thriller*, *film noir* ou cinema negro, filme de gângster, suspense, drama, ação, entre outros. Portanto, torna-se difícil definir quais são os requisitos para que uma obra possa ser classificada como policial. Heredero e Santamarina (1996) optam por partir da noção de *thriller* como foco central. Para os autores, o termo é empregado para fazer referências a filmes de gângster, ao *film noir*, policial e suspense, ou seja: filmes que abordem temas como crimes, investigações, mistério.

¹ Em função da falta de uma melhor organização de dados no cinema brasileiro, não há informações precisas sobre a direção deste filme. Almeida (2007) considera que os diretores são Giuseppe Labanca e Antonio Leal. Porém, no site da Cinemateca Brasileira, consta que Francisco Marzullo é responsável pela direção de cena e Antonio Leal pela fotografia, e nem sequer menciona o nome de Labanca.

Almeida (2007) destaca que o conceito de filme policial, dentro do gênero *thriller*, é amplo e difícil de ser delimitado. Uma das explicações para essa realidade, no Brasil, pode ser o fato de que são raros os filmes nacionais que apresentam temas explicitamente policiais. Como explica Lusvarghi (2014, p. 97), "Delegados, investigadores, de modo geral, são sempre papéis secundários tanto no cinema quanto na televisão. Há uma visão romântica do marginal, visto como um excluído social". Isso pode ser visto, por exemplo, nos chamados filmes de favela, que, desde o Cinema Novo, com obras como *Rio, 40 Graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, até os mais contemporâneos, como *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, têm como protagonistas os moradores de favelas. Nesses casos, os policiais aparecem em papéis coadjuvantes e esse pode ser um dos motivos pelos quais raramente o filme é classificado como policial.

Em função disso, neste trabalho, quando se falar em filme policial, deve-se compreender que tal designação sugere que o filme apresenta temática policial, ou seja, inclui em sua trama aspectos como crimes, investigações e ações policiais - independentemente de qual for sua classificação por gênero. É importante definir essa designação a ser aqui utilizada, uma vez que grande parte dos filmes citados ao longo do trabalho se enquadra nessas características, porém, podem ser classificados de forma diferente no que diz respeito ao gênero.

Essa definição ganha ainda mais importância quando os filmes selecionados para serem analisados no presente trabalho não se enquadram em nenhum dos gêneros anteriormente mencionados. Como já foi dito, esta pesquisa se propõe a estudar filmes que tenham como foco as UPPs. E os filmes nacionais que se tem, até o momento, cuja temática principal seja essa são dois documentários: *5x Pacificação* (2012), de Wagner Novais, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Cadu Barcellos; e *Morro dos Prazeres* (2013), de Maria Augusta Ramos.

Os dois filmes mostram favelas que receberam Unidades de Polícia Pacificadora, a partir do ponto de vista, principalmente, de moradores desses locais e de policiais das UPPs. *5x Pacificação* passa por várias favelas, nas quais os diretores realizam entrevistas sobre questões relacionadas à instalação das unidades. Já *Morro dos Prazeres* se passa em uma única favela - a que dá nome ao filme - e não conta com entrevistas nem depoimentos, apenas com a câmera, que acompanha policiais e moradores do local.

O projeto das UPPs foi lançado em dezembro de 2008 com o principal objetivo de retomar favelas dominadas por narcotraficantes e, conseqüentemente, possibilitar maior tranquilidade para os moradores daqueles espaços, bem como de toda a capital fluminense.

Para isso, os policiais devem se basear nos princípios da polícia de proximidade, visando uma parceria com a população.

Inicialmente implantado no morro Dona Marta, na zona Sul do Rio de Janeiro, o programa rendeu muitos elogios, especialmente por parte da mídia, que exaltava a sensação de segurança presente na favela. Não muito tempo depois, em fevereiro de 2009, outras duas unidades foram instaladas, uma na favela Cidade de Deus e outra no Batan. Desde então, já são 38 UPPs atuando no Rio de Janeiro.

Os primeiros resultados, analisando a questão da segurança em si, foram positivos e bastante promissores. O número de mortes violentas nos territórios ocupados pela polícia diminuiu e os traficantes, que antes transitavam armados por aqueles locais, deixaram de ser vistos - benefícios mencionados em depoimentos de moradores em *5x Pacificação*. Mudanças foram observadas, também, fora das favelas. O número de homicídios por 100.00 habitantes na cidade do Rio de Janeiro caiu de 45,7 em 2002 para 22,4 em 2011 (ZALUAR, 2014) - apesar da redução considerável, uma quantidade ainda muito grande perto da preconizada pela Organização Mundial de Saúde, que é de 10/100.000.

Em 2010, teve início a segunda parte do projeto, visando a integração da favela à cidade: a UPP Social. Através de obras de infraestrutura e saneamento, a iniciativa previa regulamentar serviços como o fornecimento de água e luz, bem como facilitar a entrada de órgãos públicos e de projetos sociais nesses espaços. Por outro lado, a UPP também ocasionou alguns problemas para os moradores das favelas que a receberam. Em função da regulamentação de serviços, o custo de vida nesses locais aumentou, fazendo com que algumas pessoas tivessem que deixar suas casas e procurar outro lugar para viver. Além disso, a partir de meados de 2013, novos conflitos entre policiais e traficantes deixaram claro que o narcotráfico nunca desapareceu realmente dali; apenas se tornou mais discreto e ficou restrito a alguns becos das favelas. Também nesse período, ficaram ainda mais evidentes comportamentos questionáveis dos policiais, que mantiveram o hábito de revistar jovens, procurando armas ou drogas, em função do "retorno" de criminosos às favelas - prática bastante evidenciada pelo filme *Morro dos Prazeres*.

Como consequência, o programa das UPPs perdeu um pouco seu prestígio. Conforme Zaluar (2014, p. 5):

O projeto hoje está mais fragilizado e é preciso pensar se e como pode vir a seguir os preceitos e filosofia iniciais que o tornaram aceito pela grande maioria dos moradores da favela e do asfalto do Rio de Janeiro, salvando vidas e trazendo esperança para os seus moradores.

Entretanto, mesmo que aparentemente enfraquecido, o projeto das UPPs ainda foi implantado em algumas favelas cariocas até o ano de 2014.

A partir dessa breve explicação sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora - assunto que será retomado no terceiro capítulo deste trabalho -, é possível perceber o quão atual ele é - e talvez essa seja a explicação para a existência de apenas dois filmes que o tenham como tema principal. É interessante notar, também, as datas de lançamento dos filmes: *5x Pacificação* foi lançado em 2012, quando a imagem das UPPs ainda era bastante positiva, baseada nos resultados que se tinha até então; e *Morro dos Prazeres* estreou no fim de 2013, ano em que os problemas e as fraquezas do projeto começaram a ficar mais aparentes e em que os níveis de criminalidade voltaram a subir no Rio de Janeiro.

Com base nessa contextualização, os objetivos deste trabalho são:

- **Objetivo geral:** refletir sobre como a narrativa cinematográfica constrói a imagem do policial nos filmes nacionais - mais precisamente nos filmes em que esses policiais atuam em favelas.
- **Objetivo específico:** analisar os filmes *5x Pacificação* e *Morro dos Prazeres*, a fim de se perceber o que esses documentários dizem a respeito desses policiais, de que forma eles estão ali representados.

O principal motivo para a delimitação do tema e dos objetos foi o fato de esse assunto instigar a autora, no que se refere à maneira como a relação entre a polícia e as favelas cariocas aparecem no cinema brasileiro. Além disso, o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora ainda é relativamente recente e, em consequência disso, não há uma quantidade expressiva de estudos acadêmicos analisando a presença desse assunto no cinema, possivelmente em função da também pouca produção de filmes sobre as UPPs.

Outro fator motivador foi o de o processo de instalação de Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas gerar discussões em relação a sua validade, aos métodos utilizados pelos policiais e até que ponto é possível se promover a paz com armas em punho - debates que começaram a chamar a atenção da autora ainda durante a graduação em Jornalismo. Em 2013, ao realizar um estágio no Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES) da PUCRS, no qual elaborava sínteses de entrevistas com moradores e prestadores de serviços de favelas cariocas, percebeu a divergência de opiniões em relação à presença da polícia nesses locais. Comparando o que é mostrado no cinema com o que ouvia dessas pessoas, motivou-se a investigar a representação da relação entre a polícia (especialmente os integrantes do BOPE e da milícia) e os moradores de favelas nos filmes *Tropa de Elite* e

Tropa de Elite 2, estudo que resultou em seu trabalho de conclusão de curso. Após a pesquisa, alguns dos resultados a que se chegou foram que os filmes apresentavam a violência policial de forma crítica e que convidavam os espectadores a refletir sobre o assunto e, de forma mais abrangente, sobre a situação da segurança pública e de como os problemas relacionados a isso têm, na verdade, origens mais profundas, que se desenvolvem a partir de um contexto de desigualdade social e que culminam na violência praticada por bandidos, para qual a resposta é, também, uma ação violenta por parte dos policiais. Também se destaca nos resultados a percepção da forte presença de métodos utilizados pelos policiais do BOPE nos filmes que eram bastante presentes durante a Ditadura Militar no Brasil, como tortura e ameaça como método de se conseguir informações. Por fim, a forma ostensiva como os policiais circulam nas favelas nos filmes, fortemente armados e demonstrando superioridade e poder, também foi algo que chamou a atenção durante o estudo.

A partir desse trabalho de conclusão de curso, a autora se sentiu instigada a dar seguimento à pesquisa. Dessa forma, o presente estudo se propõe a continuar a investigação - desta vez, especificamente focada em polícias das UPPs representados pelos documentários já citados.

A escolha em, novamente, trabalhar com o cinema se deu em função do caráter que este tem de apresentar representações de uma sociedade - construídas por ela mesma - e de sua capacidade em permanecer como um registro na história. Conforme Aumont et al., (2006, p. 97), o cinema narrativo permite "[...] captar o essencial da instituição cinematográfica, seu lugar, suas funções e seus efeitos, para situá-los dentro da história do cinema, das artes e até simplesmente da história", o que vai ao encontro do objetivo desta pesquisa.

Considera-se importante realizar esse tipo de estudo em função de o cinema promover discussões sobre os temas que trabalha. Dessa forma, pensar sobre como os policiais estão sendo por ele representados torna-se um exercício válido. Assim, pretende-se, aqui, perceber o que os filmes podem nos dizer sobre a representação dos policiais das UPPs no cinema nacional. Além disso, é interessante estudar filmes que retratem o projeto das UPPs por se tratar de algo contemporâneo, que ainda não tem resultados definitivos, e, como se percebeu nas etapas preliminares dessa pesquisa, não tem sido muito explorado pelo cinema nacional. Por fim, outro fator que destaca os documentários escolhidos para a análise é que algo que - como já mencionado, mas que será posteriormente melhor trabalhado - é incomum nos filmes brasileiros: colocar os policiais como os protagonistas.

Para a realização deste estudo, a metodologia será inspirada na análise fílmica, por ser uma prática que tem como objetivo principal uma melhor compreensão do objeto analisado -

o que vai ao encontro da proposta do trabalho. Para isso, serão tomados como base, principalmente, os textos de Aumont, juntamente com outros autores. Como destacam Aumont e Marie (2009), não existe um método universal para se analisar um filme. Entretanto, algumas ideias indicadas pelos autores servirão como pontos de partida para a análise. Uma questão considerada importante, por exemplo, é saber *o que* se irá analisar; se será o filme todo, fragmentos, um aspecto presente na obra. Nesta pesquisa, a análise irá se deter em um aspecto: a representação dos policiais das UPPs. Ainda assim, como reforçam os autores, é importante destacar que essa análise deve ser contextualizada em um cenário mais global do filme, para que ela faça sentido.

Além dessa contextualização do filme em si, é sempre válido estar inteirado também de questões que não necessariamente dizem respeito à narrativa. É interessante saber quando, onde e em que circunstâncias o filme foi produzido, o que estava acontecendo naquele momento, quais discussões estavam em destaque. Por esse motivo, pesquisar sobre fatores externos ao filme é uma atividade que pode ser útil para a análise. Para isso, as pesquisas documental e bibliográfica também farão parte da metodologia utilizada nesta pesquisa.

As questões externas a serem aqui estudadas dizem respeito, principalmente, à polícia do Rio de Janeiro e a sua atuação nas favelas, bem como à criação das Unidades de Polícia Pacificadora, relacionando-a com outras iniciativas semelhantes anteriormente realizadas na capital fluminense. Dentre os autores consultados, estão Soares, Lima, Souza e Zaccone.

Considera-se importante essa contextualização para uma melhor compreensão do que é apresentado nos filmes aqui escolhidos, uma vez que consistem em documentários abordando um processo contemporâneo pelo qual algumas comunidades cariocas ainda estão passando. Ou seja, o que está representado nos filmes é produzido e lido a partir de um espaço que não é o da ficção, mas sim o chamado "fora de quadro" por Aumont, que pode ser entendido como o espaço da produção (no caso, da produção dos filmes) e da significação - ou seja, quando o espectador assiste ao filme e lhe atribui algum significado. Conforme o autor, "[...] o sentido, todos os sentidos possíveis de um quadro, estão contidos no quadro mesmo e são legíveis a partir do seu exterior, o exterior mais radical possível, aquele em que nada mais existe da imagem." (AUMONT, 1997, p. 83, tradução nossa)². Assim, torna-se válido, também, considerar esse fora de quadro, a fim de que o mesmo auxilie na compreensão de como ele está representado nos filmes.

² "[...] el sentido, todos los sentidos posibles de un cuadro, están a la vez contenidos en el cuadro mismo y son legibles desde su exterior, el exterior más radical posible, aquel en que nada existe ya de la imagen."

É importante, ainda, explicar que o fato de os dois filmes escolhidos serem documentários não foi algo previamente pensado. O escopo acabou sendo assim definido em função de os únicos filmes que trabalham diretamente com o tema das UPPs serem documentários. E, aqui, eles serão vistos como filmes que se propõem a se aproximar dessa questão e que nos trazem uma visão sobre os policiais das UPPs e, de forma mais geral, sobre as favelas que receberam as unidades.

Em relação à classificação dos filmes como documentários, não há como ignorar a discussão que ainda há sobre a existência ou não de filmes de não-ficção. Como destaca Aumont et al. (2006, p. 100), "Qualquer filme é um filme de ficção". Conforme os autores, a representação fílmica pode ser considerada mais realista em função dos detalhes que outras formas de representação não são capazes de exprimir, "[...] mas, ao mesmo tempo, só mostra efígies, sombras registradas de objetos que estão ausentes." (AUMONT et al., 2006, p. 100).

Os autores (2006, p. 101) ainda destacam que os documentários, muitas vezes, apresentam ao espectador aspectos da realidade desconhecidos por ele, e que dependem mais do imaginário do que do real. No caso dos filmes analisados neste trabalho, através da representação que constroem das favelas que receberam as UPPs e a relação dos moradores com policiais, mostram ao espectador que não faz parte desse contexto essa "realidade" que ele não vivencia e não conhece - mas que, por outro lado, faz parte do imaginário de favela que ele tem.

Isso também se relaciona com o que diz Gutfreind (2012, p. 10, 11):

[...] a especificidade do cinema como manifestação artística deve-se à capacidade subjetiva de mostrar uma realidade e, hoje em dia, o cinema se renova como arte promovendo a interação entre a fala e a imagem, o gênero e o tema do filme, seus personagens e as suas situações-tipo, as formas e os modos de expressão ligados aos gêneros, a "realidade" e a ficção. Essa reflexão sobre o cinema diz respeito a uma recusa de uma reprodução mecânica da realidade em favor de uma reprodução que é da ordem do imaginário, onde o "estoque de imagens" constitui um capital fundamental para compreender as relações culturais internas de uma sociedade específica.

Assim, *Morro dos Prazeres* e *5x Pacificação* são aqui compreendidos como filmes de temática policial, classificados como documentários, que apresentam ao espectador determinada realidade vista a partir do ponto de vista de alguém - no caso, os diretores e demais realizadores.

Também cabe destacar que a relação de um filme com o mundo real acontece sempre através da representação, que, segundo Rancière (2012b), fornece um *equivalente*.

A imagem não é o duplo de uma coisa. É um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito. Não é a

simples reprodução daquilo que esteve diante do fotógrafo ou do cineasta. É sempre uma alteração que se instala numa cadeia de imagens que a altera por sua vez. E a voz não é a manifestação do invisível, em oposição à forma visível da imagem. Ela também faz parte do processo de construção da imagem. É a voz de um corpo que transforma um acontecimento sensível em outro, esforçando-se por nos fazer "ver" o que ele viu, por nos fazer ver o que ele nos disse. (RANCIÈRE, 2012b, p. 92).

Os filmes que serão aqui estudados, para construir suas narrativas, fazem uso tanto da imagem quanto da palavra, e ambas devem ser compreendidas como formas de representação, que ilustram algo, e não como uma verdade absoluta ou como uma realidade que extrapola a narrativa - a realidade possível é sempre a realidade da própria narrativa.

Essa noção será importante para a análise dos filmes, que será feita a partir da escolha de seis sequências, sendo três de cada filme. Para isso, foram definidas três categorias de análise, onde se buscará verificar como o policial é representado a partir de diferentes pontos de vista: o do policial como indivíduo, o da polícia como instituição e o dos moradores de favelas.

As categorias foram definidas a partir da compreensão de que há momentos em que os policiais aparecem nos documentários como indivíduos, como quando falam sobre suas experiências pessoais atuando nas UPPs, por exemplo; assim como há momentos em que eles se posicionam enquanto instituição, como quando explicam o modo de atuação e os objetivos das Unidades de Polícia Pacificadora. Os moradores de favela, por sua vez, sempre falam a partir deste lugar - por mais que sejam identificados a partir de sua profissão ou de sua atuação dentro da favela, nunca deixam de ser moradores daqueles espaços.

A partir dessas categorias, serão escolhidas duas sequências de cada uma delas - uma de cada filme - que melhor ilustrem, na visão da autora, o aspecto a ser ali analisado. Após essa seleção, serão feitos os fotogramas das sequências, com o objetivo de auxiliar na compreensão do leitor. Antes da análise propriamente dita, haverá uma descrição da sequência, com aspectos como enquadramentos e posicionamentos de câmera e a transcrição dos diálogos, depoimentos e entrevistas dos personagens. Ao fim da análise das sequências de cada categoria, haverá uma conclusão mais específica do tema ali abordado, sendo que as considerações mais gerais serão expostas na conclusão do trabalho.

O trabalho será estruturado em cinco capítulos, sendo este o primeiro. O segundo é dedicado aos filmes brasileiros que têm uma temática policial, desde os primeiros até os mais contemporâneos, lançados até o projeto das UPPs ser colocado em prática, onde se procura pensar sobre de que forma esse personagem é representado no cinema nacional. Ainda, são

trabalhadas questões como as possíveis origens do comportamento violento da polícia brasileira e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, bem como à forma como aconteciam as ações policiais dentro das favelas cariocas antes da instalação das UPPs.

Já o terceiro capítulo tem como tema os filmes brasileiros feitos após 2008 (ano em que o projeto das UPPs foi lançado) e que, de alguma forma, perpassam pelo tema, com a proposta de perceber como o projeto está sendo construído pela narrativa cinematográfica. Também nessa etapa, há uma contextualização com o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora em si, explicando quais são seus objetivos e quando e como o projeto foi lançado. Por fim, ainda são vistos programas governamentais mais antigos que se assemelhavam às UPPs, como o Favela-Bairro.

O quarto capítulo é voltado para a análise dos documentários *5x Pacificação* e *Morro dos Prazeres*. Nessa etapa, o processo de análise é melhor explicado e são destacados alguns aspectos e dados importantes referentes aos dois filmes. Posteriormente, são colocadas em prática as categorias de análise já mencionadas, a fim de se refletir sobre como está sendo feita a representação dos policiais das UPPs na narrativa cinematográfica - resultados a serem problematizados na conclusão, que corresponde ao quinto capítulo.

2 O POLICIAL NO CINEMA BRASILEIRO ANTES DAS UPPS

O presente capítulo irá explorar a presença do personagem do policial no cinema brasileiro, procurando identificar como e quando ele começou a aparecer nas produções nacionais e de que maneira ele é construído pela narrativa cinematográfica ao longo dos anos. Para isso, serão destacados alguns filmes considerados importantes nesse sentido, por incluírem em suas narrativas esse personagem - muitas vezes em filmes que têm a favela como um de seus elementos principais. Além de se pensar sobre a origem do policial enquanto personagem cinematográfico, também será feita uma contextualização com as possíveis origens do comportamento violento adotado pela polícia brasileira, especialmente a carioca, em determinadas situações - como, por exemplo, operações realizadas em favelas. Para isso, serão estudados alguns aspectos de Constituições brasileiras antigas, bem como da vigente atualmente, buscando-se compreender de que forma esse comportamento pode ser legitimado e não resultar em punições para os policiais. Uma questão trabalhada, por exemplo, será o termo auto de resistência, que pode ser compreendido como uma prática que acaba permitindo que policiais cometam assassinatos sem precisar responder pelo crime.

2.1 A POLÍCIA CARIOCA PELA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA

A temática policial está presente no audiovisual brasileiro desde os primórdios do cinema nacional. O filme *Os Estranguladores* (1908) pode ser considerado o pioneiro com esse enfoque. A trama envolve crimes (assassinatos e assalto) que, posteriormente, são solucionados pela polícia.

Segundo Almeida (2007, p. 140), "O *fait divers* jornalístico alimentou, durante o período inicial do cinema brasileiro, este tipo de narrativa [...]". O autor cita um crime, conhecido como o "crime da mala", que acabou dando origem a três filmes, também em 1908, e relata a existência de outras obras inspiradas em delitos e que contavam as biografias de bandidos. Conforme Lusvarghi (2014), essa foi uma estratégia encontrada pelos produtores nacionais para atrair mais espectadores, uma vez que os filmes estrangeiros predominavam nas salas de cinema. Lyra (2007, p. 150) ainda destaca que essas obras estabeleciam repetições ou críticas da rotina de algumas cidades, especialmente do Rio de Janeiro, "[...] em ritmo de crescimento, aumento da pobreza e implantação de valores sociais, incitando o voyeurismo do público que ia ver, no cinema, os fatos urbanos domésticos, pitorescos ou violentos."

Assim, os filmes baseados em manchetes de jornal não demoravam a se tornar sucesso de público. Alguns filmes, inclusive, contavam com a colaboração da mídia na sua divulgação. É o caso de *Quadrilha do Esqueleto* (1917), do jornalista Irineu Marinho, que foi bastante divulgado pelo jornal carioca *A Noite*.

O gênero do filme reforçava a linha editorial do jornal, voltada para uma linguagem mais popular e com forte cobertura policial. E a matéria sobre o lançamento realçava precisamente a capacidade da película de reconstituir na tela situações e personagens da cidade. (LUSVARGHI, 2014, p. 93).

Nesse período, durante o final da década de 1910, o que manteve vivo o cinema brasileiro foram, basicamente, esses filmes - que contavam com a ajuda da filmagem de jornais -, e os documentários.

Durante o Estado Novo, os filmes musicados ganharam espaço e, com a influência do governo Vargas, os documentários educativos também foram estimulados. Naquele período, predominava a ideia de que o cinema deveria contribuir para o desenvolvimento da nação. Dessa forma, a produção de outros tipos filmes, como os de temática policial, por exemplo, acabaram diminuindo.

Já na década de 1950 e durante a Ditadura Militar, os filmes policiais ganham força, "[...] trazendo a discussão da realidade urbana e dos conflitos com o país que se industrializava a partir de uma linguagem menos onírica, com ênfase na questão do enredo e da discussão de fatos reais, e não da experimentação" (LUSVARGHI, 2013, p. 2). Em 1962, o filme *Assalto ao Trem Pagador*, de Roberto Farias, realiza uma abordagem de viés mais sociológico. Na trama, que é baseada em fatos reais, uma quadrilha composta, majoritariamente, por moradores de favelas, assalta o trem de pagamentos da Estrada de Ferro Central do Brasil e a polícia, que investiga o crime, chega a suspeitar de que os responsáveis sejam bandidos internacionais, em função da ousadia dos assaltantes. A obra perpassa "[...] a preparação do assalto, sua consumação, os conflitos posteriores entre os membros do bando e sua captura [...]" (ALMEIDA, 2007, p. 142), problematizando questões como as mudanças na vida dos assaltantes após o crime.

Desde então, outros filmes com temas semelhantes foram produzidos, como *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla; *Lucio Flávio, o Passageiro da Agonia* (1976), de Hector Babenco; *Como Nascem os Anjos* (1996), de Murilo Salles; *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles; e os dois *Tropa de Elite* (2007 e 2010), de José Padilha. Estes últimos narram a rotina de policiais militares - principalmente daqueles que

atuam no BOPE e dos envolvidos com a milícia³ - na cidade do Rio de Janeiro, mostrando práticas ilegais, como a de torturar pessoas durante os interrogatórios e executar à queima roupa criminosos e suspeitos. Os filmes fizeram grande sucesso de público, sendo que o segundo levou mais de 11 milhões de espectadores ao cinema, ocupando o lugar de filme nacional de maior bilheteria na história até o ano de 2016.

Nos documentários, a presença da polícia também é notável. Filmes como *Notícias de uma Guerra Particular* (1999), de João Moreira Salles e Kátia Lund; *Ônibus 174* (2002), de José Padilha; e, *Justiça* (2004), de Maria Augusta Ramos, problematizam diferentes questões relacionadas ao tema. E percebe-se que esses filmes surgem em um contexto favorável aos documentários no Brasil. Na década de 1990, ao contrário do que acontecia nos anos 1980 - não apenas no Brasil, mas no cinema mundial -, quando os documentários eram muito ligados aos movimentos sociais e permaneciam fora dos principais circuitos de exibição, a partir da Retomada do cinema brasileiro⁴ a produção documental aumentou, devido a motivos como a possibilidade de se realizar filmes mais baratos, em função das câmeras digitais, e a criação da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet, que incentivam que empresas privadas e estatais patrocinem projetos audiovisuais. Alguns filmes, inclusive, alcançaram números relativamente altos de espectadores no cinema. Um exemplo de 1999 é o documentário *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, de Marcelo Masagão, que chegou quase aos 59 mil espectadores. Ainda assim, poucos documentários conseguiam ultrapassar a barreira dos 20 mil espectadores - e um dos motivos, possivelmente, é o fato de que esses filmes têm poucas cópias lançadas.

Uma das características da Retomada, tanto na área da ficção quanto na área documental, foi a abordagem da violência em várias de suas produções - sendo que, muitas delas, tinham como cenário principal as favelas cariocas e incluíam em suas tramas a figura do policial. Em 1999, um documentário “[...] abriu um novo caminho para o tema da violência” (BUTCHER, 2005, p. 51): *Notícias de uma Guerra Particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund, realizado pela produtora independente carioca Videofilmes e transmitido pelo canal de televisão fechada GNT, da Globosat. O filme foi feito nos anos de 1997 e 1998 e aborda os conflitos entre policiais e bandidos em favelas cariocas em função do tráfico de

³ Milícias são grupos formados, majoritariamente, por policiais e ex-policiais (militares, principalmente), alguns bombeiros, alguns agentes penitenciários e, eventualmente, moradores, que assumem a função de proteger vizinhanças ameaçadas pelo tráfico de drogas. Em alguns locais, os próprios traficantes estão envolvidos. A milícia passa a dominar os serviços oferecidos nas favelas em que atua, como venda de água e gás, internet e televisão, tudo de forma ilegal. Apesar de, algumas vezes, acabar de fato com o tráfico de drogas, a milícia passa a estabelecer suas próprias regras na favela, punindo severamente quem as desobedece.

⁴ Retomada é um termo, criado pelo crítico de cinema Pedro Butcher, que se refere à recuperação da produção cinematográfica no Brasil a partir de meados da década de 1990, após uma “crise” do cinema nacional.

drogas, explorando assuntos como as consequências dessas disputas nas vidas dos moradores, o ingresso precoce de jovens e crianças no mundo das drogas, as dificuldades encontradas pela polícia na tentativa de resolver essa situação e o treinamento do BOPE.

O filme constrói sua narrativa a partir de três perspectivas: do policial, representado majoritariamente pelo então capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel; do traficante, onde a maioria dos depoimentos é de Adriano, de 29 anos, que relata já ter sido preso inúmeras vezes e ter conseguido fugir; e do morador, ilustrado principalmente pelo casal Janete e Adão e sua filha pequena, Luanda. Ainda há outros depoimentos, como o do então chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz; do escritor Paulo Lins, autor do livro *Cidade de Deus* e ex-morador da favela que deu origem ao romance; além de presidiários e menores de idade internos no instituto Padre Severino.

O documentário mostra como os problemas que envolvem o tráfico de drogas são complexos, abordando questões como o que leva crianças e jovens entrarem para o crime tão cedo; a relação entre moradores de favelas e os traficantes, por vezes marcada por cumplicidade, outras pela violência; e as dificuldades encontradas pela polícia nas tentativas de se resolver o problema. Pode-se dizer que o filme transmite um sentimento de falta de esperança, principalmente por se encerrar com cenas de dois enterros: o de um policial militar e o de um menor de idade, ambos mortos em combates entre policiais e bandidos. Para Lins e Mesquita (2011, p. 17):

Trata-se de um filme crucial para a inclusão das questões envolvendo tráfico de drogas, contrabando de armas, violência e pobreza na pauta do audiovisual nacional. *Notícias* concentra e deixa nítidas tensões da violência carioca presentes em muitos filmes de ficção dos anos 90, a exemplo de *Como nascem os anjos* (1996), de Murilo Salles, *O primeiro dia* (1998), de Walter Salles [...], e *Orfeu* (1999), de Cacá Diegues; e antecipa problemas que serão retomados em filmes da década seguinte, tais como *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, *Quase dois irmãos* (2004), de Lúcia Murat, e *Tropa de elite* (2007), de José Padilha.

Desses filmes citados, cabe dar uma atenção especial a *Cidade de Deus*, por ter marcado a história do cinema nacional. O longa, lançado no mês de agosto de 2002, é baseado no romance homônimo de Paulo Lins e considerado por estudiosos o último filme da Retomada. *Cidade de Deus* narra a origem e o crescimento da favela carioca de mesmo nome, uma das maiores do Rio de Janeiro, e conta um pouco da história do desenvolvimento do tráfico de drogas na cidade. Quando o filme estreou, alguns profissionais do mercado de cinema não apostavam em seu sucesso. Para Rossini (2003, p. 33), o filme “[...] é uma representação da impossibilidade de os moradores da favela, atualmente, viverem sem se envolver com o tráfico e suas consequências”, o que acaba reforçando o senso comum.

Mesmo tendo alcançado 3,3 milhões de espectadores no cinema (mais de três vezes o esperado pela distribuidora do longa, a Lumière), o filme gerou polêmicas, inclusive vindas de moradores da Cidade de Deus, “[...] como o rapper M. V. Bill, para quem o filme estimulou preconceitos raciais e sociais e reforçou os piores estereótipos das comunidades pobres.” (BUTCHER, 2005, p. 56). Algumas críticas questionavam a estetização da violência e outras exploravam questões éticas, ponderando o fato de o filme apresentar imagens de crianças empunhando armas.

A verdade é que, no cinema nacional contemporâneo, vários outros filmes de temática semelhante foram sendo lançados. No que diz respeito aos documentários, ainda em 2002 outro longa acabou se tornando uma referência dentro do assunto: *Ônibus 174*, de José Padilha, que conta o sequestro do ônibus da linha 174, ocorrido em junho de 2000 no bairro Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e que terminou com a morte de uma refém e do próprio sequestrador. O filme foi lançado em dezembro e alcançou pouco mais de 35 mil espectadores no cinema.

Padilha traça um paralelo entre o acontecimento, com imagens de câmeras de segurança e de veículos de comunicação⁵, e a vida do sequestrador, Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária, que ocorreu no ano de 1993 – episódio no qual policiais encapuzados assassinaram sete menores moradores de rua em frente à maior igreja da cidade do Rio de Janeiro. Além das imagens de arquivo, o longa contém depoimentos de pessoas que conheciam Sandro, como moradores de rua que viviam com ele, da artista plástica que realizava trabalhos sociais com as crianças da Candelária Yvonne Bezerra de Mello e de uma tia de Sandro, além de policiais e do antropólogo Luiz Eduardo Soares, que explora temas como o da exclusão social, que acaba por gerar a invisibilidade de pessoas que vivem nas ruas. Outros assuntos abordados são a falta de preparo e de estrutura da polícia do Rio de Janeiro - denunciadas, assim como em *Notícias de uma Guerra Particular*, por Rodrigo Pimentel; a presença da mídia no local do crime e como isso pode ter influenciado no desfecho do sequestro; e as condições precárias do sistema carcerário carioca.

O fim de *Ônibus 174* se parece bastante com o de *Notícias de uma Guerra Particular*. Após as cenas finais do sequestro, quando a refém Geísa é morta ao sair do ônibus com Sandro e o sequestrador é levado para dentro da viatura da polícia (onde, posteriormente, é

⁵ Como havia muitos jornalistas de diversas emissoras e jornais no local do sequestro, todo o acontecimento foi transmitido ao vivo para grande parte do Brasil. Padilha conseguiu permissão para copiar as imagens da Bandeirantes, da Record e da Globo, das quais selecionou 50 minutos para o documentário.

morto pelos policiais⁶), mostra-se os dois enterros: o de Geísa, com muitas pessoas, e o de Sandro, apenas com uma senhora, com quem Sandro viveu por algum tempo e a quem chamava de mãe. Para Lins e Mesquita (2011), o documentário se filia ao filme de João Moreira Salles e Kátia Lund,

[...] reutilizando imagens, refazendo entrevistas com alguns personagens e retomando o mesmo tipo de trilha sonora. Ainda que dedicado à trajetória de um único indivíduo, o filme não se esgota numa subjetividade: é notável o alcance social e político desse documentário, construído a partir de um trabalho exaustivo de investigação e "ressignificação" de arquivos televisivos. (LINS; MESQUITA, 2011, p. 17).

Ambos os filmes, através dos depoimentos que os compõem, têm como proposta demonstrar toda a complexidade das situações. *Notícias* dá ênfase ao tráfico de drogas e a seus desdobramentos. *Ônibus 174* é mais amplo, se utiliza de um fato e de um indivíduo isolados para contextualizar uma série de problemas relacionados, principalmente, à desigualdade social e à segurança pública. Entretanto, ambos mantêm um caráter trágico, de uma realidade difícil e sem muitas perspectivas de solução.

Em relação à polícia, percebe-se uma instituição problemática, que sofre com a corrupção e submete seus integrantes a treinamentos abusivos, baixos salários (em determinado momento do filme de Padilha, Pimentel diz que quem se tornou policial no Rio de Janeiro só o fez porque não conseguiu outro emprego) e situações de extremo risco. Também é visível um comportamento violento e repressor dos policiais para com os moradores de favela - mesmo aqueles inocentes, que não têm nenhuma ligação com o tráfico de drogas -, principalmente a partir dos depoimentos dos moradores em *Notícias de uma Guerra Particular*, e para com as crianças moradoras de rua, como denuncia *Ônibus 174*.

O que fica desses dois filmes, que certamente são importantes dentro da história do documentário brasileiro contemporâneo, é a imagem de uma polícia que só vai à favela para prender (ou matar) suspeitos e que, quando o faz, chega de forma violenta, ameaçando e assustando moradores com suas armas poderosas em punho, e que nem sempre desempenha sua função de garantir a segurança da sociedade. Percebe-se, ainda, quase que uma ironia, pois ambos os documentários mostram os treinamentos aos quais os policiais são submetidos e a quantidade e a variedade de armas de que dispõem - algumas das quais a única polícia no mundo que faz uso é a carioca - e, ainda assim, estes não estão preparados para ocasiões com reféns, como o caso do sequestro do ônibus, nem para lidar com situações de confronto, como as que envolvem o tráfico de drogas. A sensação é de que ou há alguma coisa muito errada

⁶ Os policiais alegam que a intenção não era a de matá-lo, mas de desmaiá-lo por sufocamento, devido sua agitação.

dentro da instituição - possivelmente ligada à corrupção mencionada por Hélio Luz em *Notícias de uma Guerra Particular*, quando este diz que "A polícia é corrupta. Eu afirmo que a polícia é corrupta. [...] É uma instituição que foi criada para ser violenta e corrupta. [...] A polícia foi feita para fazer segurança de Estado, né, e segurança da elite. Eu faço política de repressão, entende. Em benefício do Estado, para a proteção do Estado, tranquilamente"⁷ - algo com raízes muito mais profundas que a própria polícia, ou a de que, realmente, não há solução para a situação da segurança pública no Rio de Janeiro. Essa sensação acaba por instigar outras dúvidas, a fim de se tentar entender que caminhos acabaram levando a essa condição problemática de segurança pública, principalmente em relação ao comportamento violento e opressor da polícia, que compõe esse contexto.

2.2 FORA DE QUADRO: POSSÍVEIS ORIGENS DE UM COMPORTAMENTO VIOLENTO

A polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo. Uma pesquisa realizada em 2011, divulgada pela Anistia Nacional, mostra que

[...] nos vinte países que ainda mantêm a pena de morte, em todo o planeta, foram executadas 676 pessoas, sem contabilizar as penas capitais infligidas na China, que se nega a fornecer os dados. No mesmo período, somente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo produziram 961 mortes a partir de ações policiais, totalizando um número 42,16% maior do que de vítimas da pena de morte em todos os países pesquisados [...]. (ZACCONE, 2015, p. 21).

Completando essa informação, segundo a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública, citado por Struck (2016), entre 2008 e 2013 foram contabilizadas 11.197 vítimas de confrontos policiais. Em 2014, o número foi de 3.022. Levantamentos parciais de 2015 mostram que, apesar de esse índice ter diminuído em alguns estados brasileiros, o número continua alto. E as explicações para dados como esses podem estar em raízes muito profundas. Segundo Lima (1995), o processo penal brasileiro, inicialmente, foi regido por duas legislações portuguesas, cujos procedimentos se baseavam na inquisição canônica⁸, que utilizava a tortura como um método legítimo para se conseguir provas. Em 1822 o Brasil se tornou independente e, com isso, surgiu a necessidade de se criar uma estrutura jurídico-

⁷ Situado entre 0:25:55 e 0:26:20.

⁸ A inquisição era uma instituição formada pelos tribunais da Igreja Católica que julgavam e puniam suspeitos de se posicionar contra os dogmas da religião. Milhares de pessoas vistas como hereges por praticarem atos considerados de bruxaria foram queimadas na fogueira. A inquisição medieval aconteceu entre os séculos XIII e XIV na França, na Itália, na Alemanha e em Portugal, e, a inquisição moderna, entre os séculos XV e XIX, concentrando-se entre Portugal e Espanha. A tortura foi aprovada ainda na primeira inquisição, em 1252, pelo Papa Inocêncio IV como forma de se conseguir a conversão dos condenados.

política própria. Algumas mudanças já puderam ser vistas com o Código Penal de 1830, que, apesar de não abandonar definitivamente formas de punição como a pena de morte, galés⁹ e prisão perpétua, passou a adotar a pena de prisão com trabalho. Ainda assim, esta última teve pouca aplicação e as penas consideradas mais arcaicas continuaram a ser utilizadas intensamente, sobretudo quando os condenados se tratavam de escravos.

Dois anos depois, em 1832, o Código Processual Penal do Império definiu que a instituição do júri seria o procedimento penal tradicional. Entretanto, na década de 1840, o júri acabou perdendo parte de sua competência, como, por exemplo, a acusação, que passou a ser uma função da polícia - assim como "[...] obrigar as pessoas que perturbavam o sossego público, tais como vadios, pedintes, prostitutas e bêbados, a assinarem um 'termo de bem viver'." (LIMA, 1995, p. 30).

Já em 1870, em função das divergências entre a polícia e a instituição do júri, foi instituído o sistema de duplo inquérito¹⁰, em que, inicialmente, há um inquérito policial preliminar e, posteriormente, um inquérito judicial. Ainda nessa década, começaram a surgir propostas para a reorganização da justiça criminal e do próprio Código, que passou a sofrer críticas das elites, principalmente em relação à inadequação de algumas penas e à situação das prisões que, segundo os críticos, careciam de melhor orientação quanto aos regulamentos a serem seguidos.

Em 1889 o Brasil se tornou República e, com o Código Penal de 1890, as elites republicanas visavam viabilizar outras formas de se perceber a organização social e novas

⁹ Os condenados à pena de galés eram obrigados a andar com argolas de ferro com correntes no tornozelo, podendo ser individuais ou acorrentadas a outros prisioneiros, e a realizar trabalhos públicos na província onde cometeram o delito.

¹⁰ O sistema de duplo inquérito consta de um inquérito policial, que é preliminar, e de um inquérito judicial. O inquérito policial se dá quando a polícia recebe uma denúncia ou presencia um crime (caso a prisão aconteça nas 24 horas seguintes, configura-se o flagrante). A polícia, então, estabelece o inquérito e envia ao juiz. Quando as provas ainda não são conclusivas, o promotor solicita novas diligências policiais, cujo prazo para a execução é marcado pelo juiz. Após a polícia providenciá-las (através, por exemplo, de averiguações, laudos periciais, depoimentos de testemunhas e suspeitos), identifica-se o autor do crime no inquérito. A polícia informa o nome do acusado e as acusações ao Instituto ou Serviço de estatística criminal e um relatório é encaminhado pelo delegado ao juiz. Quando o inquérito policial se inicia com a prisão do acusado, ele precisa ser concluído em dez dias. Caso o suspeito não tenha sido preso, esse prazo é de 30 dias. Se for considerado insuficiente, o prazo pode ser prorrogado, para que as investigações sejam finalizadas. Se as autoridades policiais ou a promotoria pública considerarem que os indícios são insuficientes para que a ação prossiga, podem propor o arquivamento dos autos ao juiz. Caso ele não concorde, pode-se apelar ainda para o Procurador Geral do Estado e, somente se esta apelação for rejeitada, o inquérito pode ser suspenso. Durante o inquérito policial, o suspeito pode contar com a assistência de um advogado que, apesar de não poder participar das atividades policiais, pode conversar com o cliente e ter acesso aos autos. Para manter o indiciado detido, a polícia precisa informar a ele e ao juiz as acusações e as razões para a detenção em até 24 horas. Entretanto, quem decidirá se o suspeito deve permanecer preso ou não será o juiz, mesmo em casos de prisão em flagrante. O processo judicial, por sua vez, só tem início quando ocorre a denúncia do promotor. Assim sendo, o sistema de duplo inquérito acaba por restringir a atividade judiciária da polícia, uma vez que não é o inquérito policial que, de fato, abre o processo judicial. Entretanto, isso não quer dizer que o inquérito policial não tenha nenhuma importância, pois, quando aberto o inquérito judicial, o juiz precisa tomar sua decisão conforme as provas presentes nos autos. (LIMA, 1995).

possibilidades de administração dessa ordem¹¹ - entretanto, desde cedo ele passou a ser alvo de críticas de alguns setores dessa mesma elite, já a par de outras práticas penais que surgiam em contextos sociais e políticos diferentes do brasileiro.

Segundo Alvarez, Salla e Souza, ([2002]), a abolição da escravatura (ocorrida em 1888) e a Proclamação da República possibilitaram a prática, ainda que restrita, da cidadania. As penas aplicadas somente para os escravos foram extintas e a universalidade penal foi instaurada. No entanto, essa nova legislação foi considerada ineficaz, no que diz respeito ao controle dos profissionais envolvidos com questões criminais, como médicos e juristas, que apoiavam algumas limitações aos direitos dos cidadãos e tinham interesse estruturais de repressão e de controle dos indivíduos que teriam participação política.

Ainda que tenha sido fortemente criticado, o Código de 1890 não sofreu alterações durante a Primeira República¹². Entretanto,

Se, por um lado, as tentativas de reforma do Código ao longo da Primeira República não obtiveram sucesso, por outro a disseminação das idéias da Criminologia acabaram por influenciar poderosamente a concepção das políticas públicas voltadas para a área da segurança, direcionando a criação ou a reforma, bem como o funcionamento de instituições como a polícia, as prisões, os manicômios e outras instituições de internação." (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, [2002], p. 3).

Assim, com o questionamento das elites em relação à possibilidade de grande parte da população contribuir para uma nova ordem social e política, pode-se dizer que esse período histórico garantiu a manutenção dessa ordem com repressão e controle social voltado para aqueles que, na visão das elites, desviavam dela. O Código de 1890 manteve o inquérito policial - instituído por lei em 1871 e que criou a polícia judiciária - como a principal forma de denúncia de crimes, o que mostra que o poder de arbítrio da polícia não foi diminuído. Mas isso não fez com que as críticas ao Código cessassem e, em 1911, foi pedida a reforma do regime penitenciário e um novo Código Penal.

Conforme Alvarez, Salla e Souza ([2002]), essa inconformidade revela as dificuldades em se organizar o Brasil de modo que esse pudesse acompanhar o progresso de outras nações civilizadas quando há no País particularidades sejam históricas, sejam sociais, que, na opinião das elites republicanas, dificultavam essa organização. Alguns anos depois, em 1934, outra Constituição retomou a centralização das práticas penais e, em 1941, o sistema de duplo

¹¹ Cabe destacar que, com a Constituição de 1891, cada estado passou a ser responsável por definir e organizar suas próprias práticas penais.

¹² O período conhecido como Primeira República ou República Velha compreende os anos entre 1889, com a Proclamação da República, e a chamada Revolução de 1930, liderada pelos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, que resultou em um golpe de Estado, derrubando o presidente Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes.

inquérito foi confirmado pelo Código de Processo Penal que, apesar de ter passado por algumas alterações, é vigente até hoje.

No sistema de duplo inquérito, a atividade judiciária da polícia é reduzida, uma vez que é a denúncia do promotor que dá início ao processo judicial. A polícia deve instaurar inquéritos quando uma ação penal é necessária, mas ela não pode interrompê-los. A ação da polícia, na teoria, não tem o poder de produzir as consequências finais. No entanto, na prática, muitas vezes não é isso o que acontece. Falando-se especificamente da polícia da cidade do Rio de Janeiro, nem sempre o inquérito é instaurado¹³. Segundo Lima (1995, p. 48), algumas autoridades policiais não registravam todas as ocorrências:

Isso é difícil de negar, por exemplo, quando a polícia convence a vítima a não registrar o delito como ocorrência criminal. Os policiais alegavam que com essa atitude estavam "poupando papel e trabalho", mas pareciam, na realidade, bem mais preocupados em poder apresentar uma baixa estatística de casos não-resolvidos.

Dessa forma, pode-se entender que quem toma as decisões definitivas sobre esses casos é a polícia - mesmo que isso não seja previsto pelo sistema de duplo inquérito -, uma vez que eles nem sequer chegam a se tornar ocorrências¹⁴.

Ainda conforme o autor¹⁵, outro critério utilizado pelos policiais para decidir se uma ocorrência deveria ou não ser registrada era a "classificação" atribuída a quem estava envolvido no caso. As autoridades analisavam a forma como as pessoas estavam vestidas; se era um homem, se a barba estava aparada; se o indivíduo estava bem alimentado; qual era o estado dos seus dentes. A aparência dos envolvidos acabava sendo o primeiro fator levado em conta pela polícia, e não os fatos em si:

Em uma sociedade capitalista, especialmente em uma sociedade muito desigual, a função da *triagem e seleção* que se imbrica com a função de *controle social* da polícia pauta-se por uma nítida distinção de tratamento entre os "de cima" e os "de baixo". Isso, que é bastante evidente nos EUA (e menos evidente na Europa), é ainda mais claro no Brasil, em que essa distinção admite ser resumida como uma diferença entre os "bacanas", os que podem "dar uma carteirada" ("você sabem com quem está falando?") ou

¹³ Isso não quer dizer que essa atitude não seja tomada por outras polícias brasileiras; entretanto, o estudo de Lima (1995) tem como foco a polícia carioca.

¹⁴ Uma ocorrência policial acontece quando qualquer indivíduo relata algum delito à autoridade policial. Nessa ocasião, é lavrado um boletim de ocorrência (BO), que se trata de um documento oficial que formaliza a denúncia e dá base ao delegado para que o inquérito policial seja iniciado. Neste BO, constam informações como o relato dos fatos, os nomes dos agentes, das vítimas e das testemunhas e instrumentos utilizados no crime.

¹⁵ Cabe, aqui, ressaltar que a pesquisa realizada por Lima nas delegacias cariocas foi feita no ano de 1982. Seu objetivo principal era "[...] investigar até que ponto a polícia obedece a uma categorização social por ela mesma claramente expressa na aplicação sistemática de seus poderes discricionários." (LIMA, 1995, p. 1). O autor realizou o trabalho de campo entre os meses de fevereiro e outubro, principalmente em três delegacias do Rio de Janeiro, sendo uma na Zona Sul, uma no Centro e outra na Zona Norte, observando a rotina desses locais e, eventualmente, conversando com delegados e demais policiais.

nem sequer precisam disso (uma vez que em geral portam inconfundíveis sinais exteriores de *status*), e aqueles que, pela cor de sua pele, suas roupas ou suas maneiras, ou uma combinação disso tudo, são os típicos "elementos suspeitos" - os afrodescendentes e os pobres. (SOUZA, 2008, p. 154, grifos do autor).

Essa prática dos policiais cariocas pode estar relacionada à questão da militarização da polícia e da atividade de vigilância - função atribuída à polícia pela lei. Até o golpe militar de 1964, as intervenções militares no Brasil tinham como objetivo restabelecer a ordem. Entretanto, naquele ano, "[...] a pacificação por forças militares intervencionistas passa a ser permanente, com as Forças Armadas não só deixando de retornar para os quartéis, como permanecendo no governo por 21 anos, o mais longo período de exceção constitucional da história brasileira." (ZACCONE, 2015, p. 245).

Até o ano de 1983, a Polícia Civil e a Polícia Militar faziam parte da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, comandada e supervisionada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública. Em todo o Brasil, as polícias militares representavam forças auxiliares do Exército¹⁶. Nesse período, os responsáveis por dirigir essas secretarias em todos os estados eram oficiais do Exército. À Polícia Militar, cabia exercer a vigilância e agir contra os criminosos.

Essa militarização da polícia acabou gerando problemas administrativos tanto para a Polícia Militar quanto para a Polícia Civil e, em 1983, foram criadas, então, duas Secretarias de Estado no Rio de Janeiro, uma para cada polícia. A Polícia Civil ficou responsável por apurar crimes de forma preliminar, além de realizar serviços públicos administrativos, como os inquéritos policiais. Ainda assim, a perda da vigilância incomodou muito os policiais civis, e os conflitos entre as duas corporações continuaram.

Os policiais militares, por um lado, censuravam os policiais civis por não registrarem corretamente os flagrantes levados ao seu conhecimento. [...] Por outro lado, os agentes da polícia civil acusavam os PM de não conhecerem a lei. Sustentavam que eles faziam as prisões incorretamente, cometendo irregularidades que acabavam por levar à anulação legal do ato. (LIMA, 1995, p. 51).

Segundo Zaccone (2015), a militarização da segurança pública foi consagrada com a Constituição de 1988 (conhecida como "Constituição Cidadã"¹⁷), que acaba entregando às

¹⁶ É válido ressaltar que na Constituição brasileira atual, não há nenhuma distinção entre a força responsável pela guerra, que é o Exército, e a força encarregada pela ordem interna, representada pela Polícia Militar (ZACCONE, 2015).

¹⁷ A sétima constituição do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e recebeu esse nome por ser considerada a mais completa das constituições brasileiras, abrangendo vários aspectos que dizem respeito ao acesso à cidadania. Algumas de suas principais modificações foram o direito de voto aos analfabetos; o voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos; a redução do mandato do presidente da República de 5 para 4 anos; a aplicação de direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos, além de trabalhadores rurais e urbanos; direito a greve; e seguro desemprego (SANTIAGO, [ca. 2005]).

Forças Armadas a missão de garantir a lei e a ordem no Brasil. Além disso, a Polícia Civil não recuperou algumas das funções que realizava antes da Ditadura Militar:

Se até antes de 1964 a Polícia Civil patrulhava as ruas e o trânsito com seus policiais fardados, atuando tanto na repressão como na prevenção dos delitos, além de fazer a segurança dos governadores, a militarização da segurança consolida-se precipuamente pela definição constitucional da Polícia Militar como responsável pelo policiamento ostensivo e do trânsito, bem como da Casa Militar estadual responsável pela segurança governamental. (ZACCONE, 2015, p. 249).

Como consequência disso, tem-se, nos dias de hoje, a continuidade de práticas comuns no período da Ditadura Militar. A ideia de que os policiais vivem uma guerra contra os criminosos acaba "validando" o uso da força de forma excessiva, a partir de uma ideia de desumanização do inimigo. "Os aparelhos policiais sofrem, portanto, com as sequelas deixadas pelo abuso do poder e pelos hábitos arbitrários do Estado." (MARQUES; ROCHA, 2010, p. 52). O poder punitivo acaba sendo legitimado em nome do combate à criminalidade e mantém-se uma atuação repressiva e violenta por parte dos policiais.

Além disso, a tortura também continua sendo utilizada como forma de indução à confissão - isso porque a confissão tem um importante papel nos métodos de investigação da polícia carioca. Dessa maneira, a necessidade de se obter um depoimento que revele o culpado por determinado crime pode incentivar à prática da tortura, que, apesar de ser proibida por lei, parece estar muito presente na rotina policial e, como consequência, ter seu uso socialmente legitimado, desde que o caso seja solucionado. Esse comportamento mostra que, apesar de a polícia não possuir mais nenhum poder de julgamento, sua característica arbitrária permanece.

A tortura ainda pode ter outra função que não necessariamente esteja relacionada a interrogatórios: punir pessoas:

Analogamente ao processo legal de "tipificação" dos crimes e descrição das penalidades a serem aplicadas, a polícia rotula os "tipos" de crimes e criminosos mais prováveis de receberem punição por tortura ou morte. Essas categorias criminais não existem no Código de Processo Penal, mas são usadas pela polícia e pela mídia para designar os crimes e os indivíduos que são habitualmente considerados capazes de cometê-los. Isso ocorre, por exemplo, na punição de assaltantes, traficantes e estupradores. Nesses casos, a tortura e a morte se justificam de acordo com a ética policial, mas transgridem obviamente a legislação brasileira, que não prevê as penas de tortura e de morte. (LIMA, 1995, p. 117).

Todo esse cenário desfavorece uma relação de confiança entre a polícia e a população em geral, fator que se agrava no caso dos moradores de favelas, que, muitas vezes são vistos pela polícia como marginais ou potenciais criminosos sem nenhum motivo aparente. Isso faz

com que encontrar indícios válidos para serem utilizados no tribunal torne-se uma tarefa difícil para os policiais, que, devido a essa desconfiança, certas vezes não obtêm a colaboração de algumas pessoas que poderiam atuar como testemunhas.

Como há essa lacuna entre o que a polícia sabe e o que ela consegue provar, determinados criminosos acabam sendo absolvidos e não permanecem presos. Futuramente, estes poderão se reencontrar com policiais. Tendo uma segunda chance, alguns desses policiais têm atitudes violentas, podendo agredir ou até matar o delinquente. Como defesa, dizem que sabem o que realmente aconteceu, pois estavam no local do crime e presenciaram o fato, e, por vezes, confessam que estavam fazendo justiça com as próprias mãos (Lima, 1995).

Policiais que apresentam esse tipo de comportamento podem até mesmo sair impunes dessas situações, graças à outra herança da Ditadura: o auto de resistência. Essa prática foi regulamentada inicialmente no período do golpe militar e se tratava de uma investigação especial que apurava lesões e homicídios cometidos por policiais em serviço, evitando a prisão destes quando se utilizam do uso da força. No caso de haver resistência à prisão por parte do suspeito, os policiais tinham autorização para fazer uso dos meios necessários para vencer essa resistência. Quando um suspeito era morto nessas circunstâncias, a ocorrência, apesar de representar um homicídio, normalmente era separada nas estatísticas.

O auto de resistência acabava por justificar um grande número de mortes por parte dos policiais no Rio de Janeiro. Segundo matéria publicada no site G1, o estado registrou 3256 casos dessa natureza entre janeiro de 2010 e agosto de 2015. No começo de 2016, o termo auto de resistência foi abolido dos boletins de ocorrência e dos inquéritos policiais pelos comandos da Polícia Federal e das polícias civis, em função de uma reivindicação antiga de grupos de direitos humanos que alegavam que essa expressão protegia os policiais que cometiam homicídios propositalmente¹⁸ - algo bastante plausível, uma vez que as investigações sobre essas mortes não apuram como ocorreu o homicídio, mas se concentram nas informações a respeito da vítima. Segundo Zaccone (2015, p. 259):

O massacre presente nos homicídios provenientes de "autos de resistência", na cidade do Rio de Janeiro, assim como outros massacres na história, ganha ares civilizatórios a partir de uma forma jurídica ao construir a figura do inimigo matável, substancializada como um "outro diferente", "parte de um todo maligno", ao qual se nega o tratamento como pessoa.

O fato é que, desde a abolição do termo, a designação correta para o tipo de situação anteriormente descrita pode ser "lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial"

¹⁸ Em 2007, quando o número de autos de resistência atingiu seu ápice no estado do Rio de Janeiro, foram contabilizados 1330 casos, sendo 902 na capital.

ou "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial", conforme o caso. Entretanto, a mudança de nome parece não ser o suficiente, pois, como afirma a Anistia Internacional, citada por Struck (2016), continua sugerindo que todas as vítimas estariam atuando em oposição ou se mostrando resistentes à operação policial.

Esse conjunto de atitudes violentas tomadas por policiais também pode ter raízes no treinamento ao qual eles são submetidos quando optam pela profissão, especialmente aqueles que se candidatam ao Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (BOPE). Maus tratos físicos e situações de estresse psicológico fazem parte da rotina e acabam por despertar dentro dos aspirantes o sentimento de raiva contra o inimigo - no caso, os criminosos. Uma representação desse treinamento pode ser vista no filme *Tropa de Elite* (2007), de José Padilha, onde o protagonista Roberto Nascimento, capitão do BOPE, procura um substituto para seu cargo. Para isso, é aberta uma nova turma do Curso de Operações Especiais (COEsp), que consiste em um treinamento integral com cerca de 14 semanas de duração e que visa capacitar os alunos para missões especiais. O longa não poupa os espectadores de cenas que ilustram toda a tensão do curso, como quando um aspirante é obrigado a segurar uma granada por estar dormindo durante uma aula teórica ou quando os candidatos à vaga de capitão são "convidados" a almoçar, comendo alimentos jogados no chão.

Ainda em função da atividade de vigilância e do mal-estar existente entre a polícia e os moradores de favelas, outro problema acaba sendo gerado: os conflitos intensos que envolvem a polícia e as favelas cariocas. Essa situação é bastante antiga e causa diversos inconvenientes tanto para quem mora nesses locais quanto para os policiais que lá atuam.

2.3 A POLÍCIA E AS FAVELAS CARIOCAS PARA ALÉM DO CINEMA

O processo de "favelização" da cidade do Rio de Janeiro teve início ainda no século XIX. Por volta de 1860, já havia alguns casebres em morros cariocas. Essas aglomerações começaram a aumentar, em função das pessoas que migravam para a região central em busca de empregos e não tinham onde morar. Dessa forma, quando encontravam trabalho, algumas delas acabavam indo morar na periferia ou em moradias irregulares no Centro da cidade, muitas vezes localizadas nos morros, inclusive em áreas de risco. Já no final desse século, em 1897, surgiram as favelas dos morros da Providência e de Santo Antônio, ambos na área central da capital fluminense.

Naquela época, o Rio de Janeiro apresentava sérios problemas em relação à moradia, ao mesmo tempo em que a cidade seguia crescendo. Entre os anos de 1903 e 1906, o então prefeito Pereira Passos promoveu uma reforma urbana, quando vários imóveis foram demolidos - incluindo prédios de habitação popular - para dar lugar a construções mais modernas. Essa reforma também teve como consequência a criação de novas normas urbanísticas, o que inviabilizou a vida no subúrbio¹⁹ para pessoas com menor poder aquisitivo que já haviam sido desalojadas do Centro da cidade.

Removidos da área central e enfrentando dificuldades em relação à moradia nos subúrbios, muitas pessoas também acabaram indo viver nos morros cariocas. Isso fez com que, em 1910, as favelas começassem a crescer cada vez mais na Zona Sul do Rio de Janeiro. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa ocupação crescia, aumentava a repressão:

Foi assim que presenciamos uma longa história de remoções, desconsiderando um fato fundamental: durante toda a história o trabalhador buscou estar próximo ao local de trabalho. E nesse sentido não é de espantar que a maior parte das remoções não obteve sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes e sem infra-estrutura de transportes. (FERREIRA, 2009).

Assim, durante a primeira metade do século XX, a cidade foi se expandindo e, as favelas, surgindo. No Centro e na Zona Sul, percebeu-se um crescimento vertical do Rio de Janeiro; já na Zona Norte e nos subúrbios, esse crescimento foi horizontal. Entre as décadas de 1940 e 1950, as periferias também foram sendo formadas, principalmente por pessoas que optavam por não correr o risco de serem removidas das favelas e deixavam suas casas antes que isso acontecesse. Surgiram, então, nesses espaços mais afastados do Centro, diversos loteamentos populares - que, nas duas décadas seguintes, passaram a ser produzidos justamente para receber pessoas vindas das remoções das favelas. Como destaca Zaccone, (2015, p. 138, 139):

É na localização do mal, como problema de natureza que ameaça a cidade, que podemos encontrar o campo de concentração e extermínio [...] a partir do conceito agambiano de *lócus* deslocante, nas favelas cariocas. A cidade partida revela assim diferentes sentidos nos binômios ordem/desordem; lei/fora da lei; pureza/impureza; limpeza/sujeira; a produzir políticas higienistas voltadas para a eliminação e o extermínio dos bárbaros, que colocam em perigo a ordem social a partir das favelas e guetos, entendidos como "viveiro de monstros".

Muitos locais de onde as favelas foram removidas se transformaram em edifícios luxuosos. Dessa forma, pode-se compreender que as Zonas Sul e Norte da cidade foram

¹⁹ Conforme explica Nelson da Nóbrega Fernandes (1995, p. 29), citado por Ferreira (2009), o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro difere um pouco de seu significado tradicional: nesse caso, o subúrbio não corresponde a todas as áreas circunvizinhas à cidade, mas sim os bairros populares situados ao longo das ferrovias nos setores Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

ocupadas por pessoas com maior poder aquisitivo, que tiveram o Estado como seu aliado; já os subúrbios se tornaram o local de moradia de parte do proletariado, menos favorecido financeiramente, uma vez que algumas indústrias se deslocaram para esses espaços. Outra parcela destes trabalhadores, entretanto, permaneceu nas favelas localizadas na capital.

O crescimento urbano do Rio de Janeiro se deu em meio a uma desigualdade de serviços de infraestrutura, muito oferecidos nas regiões habitadas pelos mais ricos, mas bastante ausentes nos subúrbios e favelas. Isso fez com que os cidadãos que já se encontravam em uma situação financeira privilegiada continuassem tendo sua renda ampliada. Por outro lado, mesmo as favelas situadas em regiões consideradas nobres careciam de serviços como fornecimento de luz e água, saneamento básico e transporte público.

Em meados da década de 1980, uma crise no sistema de habitação praticamente pôs fim aos financiamentos para construção de habitações populares. Entre esse período e os anos 1990, o Brasil apresentava baixo crescimento econômico e um aumento do desemprego, o que também contribuiu para que a população das favelas crescesse ainda mais, pois, por oferecerem locais para moradias informais, acabaram se tornando uma opção para uma parcela da população afetada pela falta de empregos.

Nessa mesma época, mais especificamente na década de 1980, os conflitos com a polícia começaram a se agravar nestes locais, em função da intensificação do tráfico de drogas - muito embora o comércio de tóxicos já existisse desde 1950, quando a maconha era vendida, principalmente, para os moradores das favelas. Entre os anos 1983 e 1984, com a chegada da cocaína a esses espaços, a venda de drogas passou a ser controlada por quadrilhas organizadas. O próprio Comando Vermelho, que se tratava de criminosos que tinham como objetivo defender os direitos dos presos e, posteriormente, começou a realizar assaltos a bancos, passou a ter seu foco no narcotráfico.

Isso mudou consideravelmente a imagem que se tinha das favelas cariocas, que, até então, apesar de serem vistas como um lugar marcado pela pobreza, eram lembradas também pelo samba, pelo carnaval e pela cultura popular (LEITE, 2012). Além disso, a violência na cidade aumentou de fato, pois, a partir de então, as drogas começaram a ser comercializadas para outras pessoas, que não moravam nas favelas, levando os problemas resultantes desse comércio para o asfalto. Segundo Zaluar (2004), já havia, inclusive, policiais envolvidos no crime organizado, o que também colaborou para esse aumento da criminalidade. Para se compreender isso, é preciso considerar que o Brasil estava em um momento em que a inflação tornava mais fácil a consolidação de circuitos para a realização do crime organizado, pois era mais difícil controlar os orçamentos públicos.

Com o narcotráfico se instalando em favelas, criando conflitos e gerando medo nos moradores do local, a própria organização destes espaços foi se alterando. Os traficantes passaram a se interessar em comandar as associações de moradores, o que afastou outras pessoas dessas organizações e facilitou ainda mais o envolvimento de criminosos na política local. O tráfico foi, então, tomando conta de algumas favelas, e os habitantes, com medo das consequências, viam-se sem opção e, por força maior, "aceitavam" essa situação. Consequência disso é o preconceito que algumas pessoas têm, incluindo policiais, para com moradores de favela em geral.

A metáfora da guerra fez, assim, transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, em que os favelados foram tomados como cúmplices dos bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local. Sua convivência com bandos de traficantes de drogas nos mesmos territórios de moradia foi percebida como expressão de sua "moralidade duvidosa". A submissão dos moradores de favelas à chamada "lei do tráfico" foi interpretada como uma escolha entre esta e a "lei do país", como uma opção por um estilo de vida que rejeitaria as normas e os valores intrínsecos à ordem social. (LEITE, 2012, p. 380).

É verdade que, devido às proporções que o tráfico de drogas tomou nas favelas, muitos moradores acabaram se envolvendo com essas atividades, mesmo que indiretamente e contra sua vontade - o próprio comércio, por exemplo, precisa estar de acordo com as "normas" dos bandidos; caso contrário, pode sofrer algum tipo de represália. Entretanto, a população das favelas cariocas é muito grande. Em 2010, este número chegou a 1,443 mil, o que representava 23% da população (CAVALLIERI; VIAL, 2012). Logo, certamente a maioria dos moradores não está envolvida com o crime, e, portanto, não é justificável tratá-los como suspeitos.

O que muitas vezes acontece é o fato de os traficantes serem respeitados dentro das favelas e até promoverem alguns benefícios para o local, mesmo que por uma questão de negociação: o tráfico defende e auxilia os moradores, providenciando melhorias gerais para estes e para a favela, e os moradores mantêm-se em silêncio e não denunciam os bandidos aos policiais quando questionados. Cria-se, então, uma relação de cumplicidade, mesmo que forçada. Por outro lado, os habitantes se veem obrigados a viver uma rotina de tiroteios e a enfrentar o preconceito criado em cima da figura do "favelado".

A partir desse contexto de violência que se estabeleceu nas favelas cariocas e que começou a cruzar a fronteira simbólica entre estes espaços e o asfalto, as relações entre morro e policiais se tornaram mais complexas. Em uma tentativa de conter a criminalidade nesses locais, a polícia deu início a incursões violentas às favelas, com homens fortemente armados.

O resultado dessas ações são tiroteios entre policiais e bandidos que, por vezes, acabam ferindo e até mesmo matando moradores inocentes. Muitas dessas operações são realizadas pelo BOPE, uma força de intervenção que tem como objetivo atuar em situações de risco, como combates em geral e resgates de reféns.

O BOPE foi criado em 1978, a partir da ideia de que era necessário se criar um grupo para situações de crise²⁰. Para fazer parte do grupo, é preciso realizar o COEsp, um treinamento integral que se utiliza de pressão física e psicológica e que apresenta grau de dificuldade muito alto - o que faz com que muitos aspirantes abandonem o curso. Aqueles que conseguem concluir, teoricamente estão preparados para uma guerra, o que, para a polícia, parece ser necessário para a realização de incursões em algumas favelas.

Como consequência desse treinamento voltado para a guerra e da criação da ideia de que o tráfico de drogas é um inimigo que precisa ser combatido a qualquer preço, junto do estereótipo construído de que os moradores de favelas são potenciais criminosos, as atuações da polícia mantiveram seu caráter violento e a relação de confiança entre policiais e esses habitantes se tornou cada vez mais difícil.

Assim, não podemos deixar de observar que é no modelo de uma política de "guerra" às drogas e "combate" à criminalidade que o Estado legitima o extermínio do inimigo/criminoso. Ao contrário do que nos é apresentado pelos diversos Programas Nacionais de Segurança Pública, sob a rubrica da segurança cidadã, a tão propagada redução da impunidade, com o correlato aumento do encarceramento, não é fator de redução da violência e da letalidade do sistema penal. A explosão do encarceramento no Brasil na última década coincidiu com o aumento do índice de mortes violentas a partir de ações policiais. Quanto mais se prende, mais se mata. (ZACCONE, 2015, p. 264, 265).

Essa informação pode ser verificada a partir de alguns dados. A opção pelas "prisões em massa" não é uma característica exclusiva do Brasil, mas sim uma tendência mundial entre as décadas de 1980 e 1990 - embora tenha suas particularidades no País, como o foco nos crimes de furtos, roubos e tráfico de drogas. Atualmente, a lei ainda criminaliza o uso dessas substâncias, embora não determine punição com cadeia nesses casos, que normalmente rendem prestação de serviços comunitários. O problema, segundo Barrocal (2015), "[...] é existir uma linha tênue de interpretação entre quem é usuário e quem é traficante, riscada pelo policial, primeiro, e pelo juiz, depois. É bem mais comum o enquadramento como traficante, crime para o qual a pena é a de reclusão". Nesses casos, conforme Zaccone (2015, p. 265), quando o suspeito não resiste, é levado para o cárcere; se há resistência, restam as estatísticas

²⁰ O criador do batalhão é o coronel Paulo César Amendola, que, embora tenha participado de operações durante a Ditadura Militar, diz não ter torturado cidadãos. (MARQUES; ROCHA, 2010).

relacionadas aos homicídios cometidos por policiais nessa situação, como já visto anteriormente.

Essa prática de prisão em massa acaba resultando em um número de detentos muito maior do que o próprio sistema carcerário poderia comportar. Em dezembro de 2013, havia mais de 581 mil presos no Brasil, entre presídios e delegacias. Trata-se da quarta maior população prisional do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. E esse número vem crescendo rapidamente: aumentou em 136% entre os anos de 1995 e 2010. Em relação aos crimes cometidos, 13% dos detentos cumpre pena por assassinato, 3% por latrocínio, 26% por roubo, 26% por tráfico de drogas, 14% por furto e 18% por casos considerados leves (BARROCAL, 2015).

Entretanto, todas essas detenções não são capazes de reverter um triste título do Brasil: o de país recordista mundial em homicídios, com cerca de 60 mil por ano. Em 1995, esse número foi de 37 mil; em 2012, pulou para 57 mil. Outro ponto negativo do grande número de penas com prisão é o gasto que se tem para manter os detentos nos presídios:

O sistema é um sumidouro de verbas. Entre presídios e unidades socioeducativas, em 2013 foram gastos 4,9 bilhões de reais, segundo o último *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. A despesa média com cada preso, informa o Depen [Departamento Penitenciário], situa-se entre 2,5 mil e 3 mil reais por mês (valor aproximado do investimento anual com alunos da rede pública). (BARROCAL, 2015).

E, apesar de todos esses gastos, a situação carcerária no Brasil ainda é extremamente precária. Presos são obrigados a dividir celas escuras e pouco arejadas com um número muito maior de pessoas que estas seriam capazes de abrigar, em presídios que carecem de reformas e ampliações. Esses problemas podem ser vistos no documentário *Ônibus 174*, em um trecho²¹ gravado dentro da prisão de uma delegacia do Rio de Janeiro em que um detento diz: "*Aqui tá superlotado, não tem... não tem um negócio pra gente dormir, a gente tá dormindo na pedra. Tratam nossa família mal. Vem comida azeda pra nós*".

Toda essa situação - que parece se iniciar com o aumento do tráfico nas favelas cariocas e chegar a um desfecho em que ou o suspeito do crime não demonstra resistência à voz de prisão da polícia e é levado para uma cela superlotada, ou apresenta resistência e acaba sendo morto pelos policiais - leva a crer que, de fato, a polícia é uma instituição violenta e repressora, que traz consigo heranças negativas de tempos passados e que age inúmeras vezes fora da lei. No entanto, também alerta para o fato de que a responsabilidade de a polícia assumir o comportamento que tem hoje não é só da instituição em si, mas que o próprio

²¹ Situado entre 01:23:27 e 01:26:26.

Estado tem sua parcela de "culpa" em todo o processo. O Estado, por sua vez, na tentativa de resolver ou, pelo menos, amenizar esses problemas causados pela dificuldade na relação entre policiais e moradores de favelas, acaba criando projetos com o objetivo de aproximá-los e, conseqüentemente, melhorar a segurança nesses locais. Um dos mais recentes são as Unidades de Polícia Pacificadoras, lançados em 2008 e que já aparecem, ainda que de forma tímida, em algumas produções do cinema nacional.

3 O POLICIAL DAS UPPS NO CINEMA BRASILEIRO

Neste capítulo, serão vistos os filmes nacionais lançados após o início do programa das UPPs e que, de alguma forma, perpassam por esse assunto. Será pensado de que forma os policiais aparecem nesses filmes, mesmo que nem todos façam parte da UPP em si, e ainda tentará se perceber se há alguma problematização do projeto de pacificação feita pelas narrativas. Por fim, serão introduzidos os filmes *5x Pacificação* e *Morro dos Prazeres*, que formam o escopo dos documentários a serem posteriormente analisados. A fim de se compreender melhor como funciona o projeto das UPPs, esta etapa do trabalho irá abordar o processo de implementação do programa, que surgiu com o objetivo de retomar favelas ocupadas por traficantes através de policiais baseados pelos princípios da polícia de proximidade. Serão observados aspectos como o processo de instalação dessas UPPs e os resultados que se tem até o momento em relação a sua atuação, passando pelo otimismo inicial, causado por uma sensação de segurança nos locais ocupados pelos policiais; pelos problemas que alguns moradores de favelas pacificadas começaram a enfrentar; e pelos questionamentos feitos mais recentemente, quando os índices de violência voltaram a subir no Rio de Janeiro.

3.1 AS UPPS PELA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA

Como visto no capítulo anterior, o policial é um personagem que tem se feito presente no audiovisual brasileiro. Como observa Lusvarghi (2013), entretanto, filmes nacionais com uma temática explicitamente policial são relativamente raros. É a partir do fim da Retomada que esse personagem começa a ganhar mais fôlego, com filmes como os já citados *Tropa de Elite; Federal* (2010), de Erick de Castro, que narra a busca do grupo de elite do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal por um traficante de Brasília; e *400 contra 1 - Uma História do Crime Organizado* (2010), dirigido por Caco Souza, que conta a história do Comando Vermelho.

O policial das UPPs, entretanto, parece ainda ser uma novidade. Na área da ficção, o filme que, até agora, tem uma temática que se aproxima do tema é *Alemão* (2014), de José Eduardo Belmonte. O longa foi gravado em 2013, no próprio Complexo do Alemão - um feito inédito até então. Lançado no ano seguinte, fez uma bilheteria de 955.841 espectadores e foi o 7º filme nacional mais visto de 2014. A história de *Alemão* se passa em 2010, quando a polícia está se preparando para ocupar o território do Complexo do Alemão, considerado

durante muito tempo um dos locais mais perigosos da cidade do Rio de Janeiro. Cinco policiais estão infiltrados na favela, a fim de facilitar o momento da ocupação. Entretanto, os traficantes do local encontram uma pasta com as fichas e fotos dos policiais infiltrados, que começam a ser procurados no morro.

A partir dos diálogos dos policiais no filme, percebe-se a expectativa em relação à pacificação, prevista para ocorrer após a ocupação do local pelo BOPE e pelo Exército. Nas conversas dos personagens, percebem-se dúvidas em relação à operação da qual estavam participando; enquanto um policial se mostra otimista, outro demonstra não acreditar no sucesso da ocupação. Dessa forma, o filme, problematiza as incertezas em relação às UPPs, incluindo a maneira como os policiais iriam atuar nessa função, mas não chega a entrar diretamente no assunto - limita-se na operação militar prévia.

O filme ainda conta com imagens gravadas pelas emissoras de televisão durante a ocupação real do Complexo do Alemão e, em função disso, apresenta um aviso por escrito logo nos primeiros segundos: "*Apesar de se apoiar em pesquisas, relatos e matérias jornalísticas, este filme deve ser considerado uma ficção*". Em janeiro de 2016, um desdobramento do longa, com algumas cenas exclusivas e ainda mais imagens da mídia, foi exibido em quatro capítulos pela Rede Globo, intitulado *Alemão, os dois lados do Complexo*.

Ainda no campo da ficção, outro filme se aproximou do tema das Unidades de Polícia Pacificadora: *Operações Especiais*. O filme mostra o trabalho de uma equipe de policiais civis do Rio de Janeiro que precisa realizar uma ação em uma cidade no interior do Estado que, após a instalação de UPPs na capital fluminense, começa a sofrer uma onda de violência praticada por criminosos que fugiram dessas favelas pacificadas. Embora o longa mencione a questão da pacificação, o tema é bastante secundário, pois a narrativa é focada na atuação de policiais civis em outra cidade, que não conta com UPPs. Ainda assim, é possível ver que, mesmo que de maneira sutil, a questão das Unidades de Polícia Pacificadora começa a aparecer nos filmes nacionais.

Já no que diz respeito aos documentários, a questão das UPPs aparece em alguns filmes brasileiros. Em um deles, *À Queima Roupa* (2014), de Theresa Jessouroun, a aparição é bastante breve. O documentário mostra a violência e a corrupção da polícia do Rio de Janeiro ao longo de 20 anos, tendo como o ponto de partida a chacina de Vigário Geral, ocorrida em 1993 e que deixou 21 mortos. Ao longo do filme, outros fatos que tiveram grande repercussão são mostrados, a partir de depoimentos de sobreviventes, familiares e testemunhas. No final do documentário, mostram-se cenas de policiais da UPP e moradores da favela de Jacarezinho em abril de 2013, após a execução de um morador do local, que havia sido baleado.

Novamente, por ser uma abordagem rápida e sem aprofundamento, o filme não será analisado no presente trabalho. Por outro lado, como foi anteriormente mencionado, é interessante perceber que as UPPs estão aparecendo no cinema brasileiro. É possível compreender que, nesse documentário, que se refere a um período consideravelmente extenso, as Unidades de Polícia Pacificadora não tenham recebido destaque, pois estas só passaram a existir nos últimos cinco anos desse recorte de tempo feito pelo filme. Entretanto, é como se o documentário mostrasse que os problemas que aconteciam em 1993, de certa forma, seguem acontecendo em 2013 - mesmo após a tentativa de uma polícia de proximidade em algumas favelas, através das UPPs.

Em relação a filmes que têm como tema principal as UPPs, há dois documentários: *5x Pacificação* (2012), de Wagner Novais, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Cadu Barcellos; e *Morro dos Prazeres* (2013), de Maria Augusta Ramos. E foram estes os selecionados para compor o escopo do trabalho.

5x Pacificação foi lançado em novembro de 2012 e fez pouco mais de seis mil espectadores no cinema. O filme é dividido em cinco partes, cada uma problematizando uma questão específica sobre a ocupação das favelas pela polícia: *Morro*, que mostra opiniões de moradores de favelas já pacificadas em contraponto com moradores de territórios sem UPP; *Polícia*, que foca na preparação dos policiais das unidades e como estes agem dentro das favelas; *Bandidos*, onde ex-trafficantes contam suas histórias e dizem por que decidiram sair do mundo do crime; *Asfalto*, que dá voz para que pessoas que vivem em locais próximos a essas favelas digam qual é sua percepção da situação; e *Complexo*, que se detém na ocupação do Complexo do Alemão pela polícia, em 2010, até a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora no local. Todos os quatro diretores são moradores de favelas - algumas pacificadas, outras não -, e as discussões entre eles, quase sempre acompanhadas pelos produtores Carlos Diegues e Renata Almeida, também compõem o documentário, junto de entrevistas com pessoas que fazem parte deste cenário de pacificação. O documentário não se detém em apenas um local, passando por favelas como Jardim Batan, Babilônia, Morro da Providência e Formiga.

Morro dos Prazeres estreou nos cinemas em novembro de 2013 e teve 2.254 espectadores. Trata-se de um filme que completa uma trilogia da diretora Maria Augusta Ramos, cujos outros filmes são *Justiça* (2004), que mostra a rotina do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do setor de Custódia da Delegacia Especial de Polícia Interestadual; e *Juízo* (2007), que acompanha audiências na II Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro. O último filme da trilogia tem como cenário, como indica o título, o Morro dos Prazeres, situado

na região central da cidade do Rio de Janeiro. O documentário não conta com narração, depoimentos nem entrevistas; a câmera apenas acompanha a rotina do local, seguindo alguns moradores e policiais da favela, além de mostrar imagens do treinamento de soldados da UPP.

Ainda há um outro documentário a respeito das UPPs: *Batalha pelo Rio*, lançado em 2014, dirigido pelo uruguaio Gonzalo Arijón e exibido no Brasil no Festival de Cinema de Gramado do mesmo ano. O filme conta com entrevistas e com a narração do próprio diretor, que fala sobre as transformações que algumas favelas passaram e estavam passando durante as gravações. Membros de UPPs, moradores de favelas pacificadas e ex-trafficantes são alguns dos entrevistados do documentário. Além disso, Arijón trabalha questões como a continuidade do projeto após as Olimpíadas de 2016, as taxas e impostos que os moradores precisam pagar e a remoção de casas em algumas favelas - como no Morro da Providência.

Por não se tratar de uma produção brasileira - critério escolhido para se delimitar os objetos a serem aqui estudados -, *Batalha pelo Rio* não fará parte do escopo deste trabalho. Os filmes que serão posteriormente analisados são, portanto *5x Pacificação* e *Morro dos Prazeres*. A análise será apresentada no capítulo seguinte precedida por uma explicação sobre como o estudo foi realizado, tendo como ponto de partida três categorias de análise. Pretende-se analisar a representação do policial 1) pelo policial das UPPs como indivíduo; 2) pelo policial das UPPs como instituição; e 3) pelos moradores de favelas pacificadas, a partir dos depoimentos de policiais e moradores presentes nos documentários. Antes disso, como dito anteriormente, considera-se importante entender melhor o projeto das UPPs em si, a fim de se construir um "fora de quadro" que auxilie a compreender algumas questões presentes nos filmes - como os treinamentos pelos quais os policiais passam, a chegada das unidades nas favelas e a forma de atuação desses policiais - e enriqueça a análise dos documentários.

3.2 AS UPPS PARA ALÉM DO CINEMA

Como visto no capítulo anterior, a questão da segurança pública, relacionada aos problemas causados pelo tráfico de drogas e à falta de preparo dos policiais do Rio de Janeiro, é um problema para o qual ainda não foi encontrada solução. Entretanto, no final de 2008, surgiu um programa que parecia levar esperança à população carioca: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Antes de se falar mais especificamente sobre essa iniciativa, é importante ressaltar que o termo "pacificação" diretamente ligado ao controle de territórios tem origens antigas no Brasil. Ainda na época do Império, Duque de Caxias era conhecido como o Pacificador brasileiro. No século XIX, muitas revoltas populares que aconteceram no

País foram controladas pela ação militar pacificadora. Duque de Caxias comandou os processos de pacificação do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Conforme explica Zaccone (2015, p. 216), "De tenente-coronel a Barão e Caxias, o Pacificador é o símbolo do pacto conciliatório, que inclui a demanda por ordem e norteará a atuação militar repressiva na construção, identificação e extermínio dos inimigos que ameaçam esta mesma ordem". Dessa forma, é possível relacionar a figura de Duque de Caxias aos policiais das atuais UPPs, uma vez que têm o mesmo objetivo principal ("pacificar" e reestabelecer a ordem em determinado espaço) e que, para alcançá-lo, utilizam métodos semelhantes (atuação militar repressiva e extermínio dos inimigos), como será visto no decorrer deste capítulo.

O programa das Unidades de Polícia Pacificadora foi implantado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. Segundo consta no site do programa²², o projeto foi elaborado seguindo os princípios da polícia de proximidade, que tem como estratégia a parceria entre os moradores do local e as instituições de segurança pública. O objetivo principal é a retomada permanente de territórios dominados pelo narcotráfico. Outras intenções são garantir a proximidade entre o Estado e a população e potencializar a entrada de serviços públicos, melhorando a infraestrutura dessas favelas e possibilitando a realização de projetos sociais (UPP, [2014]).

Cabe ressaltar, aqui, que essa não é a primeira vez em que se tenta estabelecer uma polícia de proximidade em favelas do Rio de Janeiro. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, duas iniciativas visaram promover outro tipo de relação entre os policiais e os moradores, que não fosse pautada pela repressão e pela violência. Uma delas foram os Postos de Policiamento Comunitário (PPCs), que consistem em unidades básicas de apoio à Polícia Militar e contam com cerca de cinco policiais, podendo se localizar tanto em favelas quanto em bairros periféricos e distritos dos municípios onde se localizam as sedes dos batalhões. Outra foi o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), uma unidade que pode reunir de cinco a 15 policiais e que se localiza em favelas consideradas especiais. Entretanto, nenhuma das duas experiências parece ter funcionado como o previsto: segundo Cunha e Mello (2011), a violência e a corrupção por parte dos policiais sempre foram comuns, e essas tentativas não conseguiram mudar essa atuação, apenas "[...] reforçaram, durante muito tempo, a percepção negativa da polícia nas favelas." (CUNHA; MELLO, 2011, p. 374).

²² <http://www.upprj.com/>.

O programa das UPPs surge como mais uma tentativa de superar essa ideia. Conforme seu site, consiste em "[...] um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas" (UPP, [2014]), que, a partir dessa lógica da polícia de proximidade, pretende estabelecer uma parceria entre a população e as instituições de segurança. Conforme Machado da Silva (2010), a iniciativa nasceu, também, como uma oposição ao discurso inicial do governo de Sérgio Cabral²³, marcado por declarações de guerra às facções criminosas, transformando a (até então) metáfora da guerra ao crime em política pública. Como a repercussão não foi boa, decidiu-se mudar esse posicionamento²⁴.

Em resumo, as UPPs nascem como resultado invertido da truculência retórica, que exagerava no reconhecimento explícito do que secularmente acontece nos bastidores do controle das “classes perigosas”, que sempre se realizou através da violência. Inverteram-se os termos: a guerra – isto é, as famigeradas “operações”, que estão longe de ter acabado – prepara a pacificação; a guerra deve ser intensa, mas é curta; já a pacificação pode ser lenta, mas é de longo prazo. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1,2).

A favela escolhida para receber o projeto piloto foi a Santa Marta, localizada no bairro Botafogo, na Zona Sul da cidade. Entretanto, antes de ser instalada a unidade, o local foi ocupado, em uma ação concentrada da polícia, no dia 20 de novembro de 2008. Os moradores estranharam o grande número de agentes presentes na ocasião, mas, ainda assim, imaginaram que se tratava apenas de mais uma ação no morro e só perceberam que, daquela vez, a polícia permaneceria no local, com o passar dos dias. Quase um mês depois, no dia 19 de dezembro, foi oficialmente inaugurada a primeira UPP, que contava com 125 policiais.

Os comentários a respeito do projeto não demoraram a surgir. A mídia prontamente teceu elogios, destacando o clima de segurança e tranquilidade na favela e o fato de não haver mais traficantes armados no local. As UPPs também tiveram rápida divulgação internacional, o que fez com que vários visitantes fossem conferir de perto a novidade: o senador republicano John McCain esteve na favela ainda em 2008; posteriormente, o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos, Shaun Donovan; o embaixador americano no Brasil, Thomas Shannon; e o ministro de Segurança Pública de Israel, Yitzak Aharonovitz, também visitaram Santa Marta (CUNHA; MELLO, 2011). Desde então, 38 UPPs foram instaladas na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. Como dito anteriormente, apesar de o objetivo central do projeto ser a retomada de territórios ocupados

²³ Sérgio Cabral foi governador do Rio de Janeiro de 2007 a abril 2014, quando renunciou ao cargo alegando ser uma condição exigida àqueles que pretendem se candidatar às eleições. Entretanto, o político abdicou de sua candidatura ao senado ainda em junho daquele ano. Em 2016, foi preso por corrupção e lavagem de dinheiro.

²⁴ Cabe, ainda, ressaltar que o fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sido escolhida como uma das cidades que receberia jogos de futebol da Copa do Mundo de 2014 e a cidade sede das Olimpíadas de 2016 também influenciou na criação das UPPs.

pelo tráfico de drogas, também está entre suas metas promover a integração das favelas à cidade - desta forma, além de proporcionar segurança aos moradores dos locais pacificados, estaria também tornando maior a segurança dos moradores da cidade no geral. A fim de garantir esse acesso da população das favelas aos serviços públicos, foi criada, em agosto de 2010, a UPP Social. Assim, à UPP "militar" cabem, mais especificamente, as funções relacionadas à segurança, e, à UPP Social, a coordenação de intervenções da Prefeitura e a promoção de "[...] parcerias com os governos estadual e federal, o setor privado e a sociedade civil para a realização de projetos sociais." (LEITE, 2012, p. 383).

Novamente, é válido salientar que esse também não é o primeiro programa que pretende integrar a favela ao restante da cidade. Em 1993, a Prefeitura carioca lançou o Favela-Bairro, que previa essa integração a partir da realização de obras como de urbanização e saneamento básico. Durante 14 anos, o programa beneficiou 140 favelas, que receberam um investimento de US\$ 600 milhões. Apesar de ter promovido melhorias para cerca de 500 mil pessoas e de ter sido premiado na Expo 2000, na Alemanha, onde foi considerado projeto modelo pelas Nações Unidas (CABRAL, [2014]), o Favela-Bairro encontrou alguns obstáculos. Segundo Souza (2008), o tráfico de drogas acabou causando dificuldades para a execução de algumas obras do programa. Para além da questão da arbitrariedade dos traficantes e dos tiroteios que geravam medo nos funcionários que lá estavam a serviço da Prefeitura e poderiam interromper as obras,

[...] há também, e não raramente, uma espécie de apreensão intuitiva dos traficantes quanto aos seus interesses. Essa apreensão se refere, imediatamente, ao fato de que alterações na organização espacial podem lhes criar embaraços: o alargamento e o calçamento de ruas e melhorias na ligação entre as favelas e seu entorno poderiam facilitar o acesso aos territórios por eles controlados não somente de veículos como ambulâncias e caminhões de coleta de lixo, mas também de carros da polícia e até viaturas do Exército. (SOUZA, 2008, p. 111).

Isso ocorre porque a lógica espacial das favelas é essencial para os bandidos, que não só se aproveitam dela como também as modificam para dificultar a entrada de carros, com obstáculos como quebra-molas (chamados pelos traficantes de "guardas deitados") nas ruas, e para tornar mais fácil se esconder dos policiais, com a criação de caminhos alternativos.

Sendo assim, não é difícil imaginar por que um programa de urbanização que tem em seus projetos a alteração da malha viária, alargando e pavimentando as vias, se deparou com a resistência dos traficantes. Em alguns casos, o Poder Público optou por tentar negociar com os criminosos, a fim de possibilitar a realização das obras. "Contudo, ao 'negociar' e ceder, ainda que pontualmente, o Estado legitima os traficantes e desmoraliza o planejamento e a gestão

urbanos." (SOUZA, 2008, p. 112). O autor ainda destaca que, se antes da tomada de territórios por bandidos era difícil se realizar uma urbanização nas favelas por motivos externos, como os interesses imobiliários e dos moradores que seriam privilegiados com as remoções, hoje são os obstáculos internos que mais dificultam esse tipo de ação, uma vez que as favelas foram se "fechando" - em função da submissão de grande parte delas aos grandes grupos de tráfico de drogas: o Comando Vermelho e o Terceiro Comando.

Esse "fechamento" [...] é, obviamente, relativo: levando-se em conta que as drogas e as armas utilizadas pelos traficantes não são produzidas nas próprias favelas e que os consumidores de drogas de classe média tampouco residem nesses espaços, vê-se imediatamente que, em parte, as favelas são necessariamente "abertas". Ainda que longe de ser absoluto, o referido "fechamento" é bastante real, e diz respeito ao controle dos contatos de cada favela com o mundo exterior pelos chefetes do tráfico local. (SOUZA, 2008, p. 105, 106).

Além disso, ainda em relação ao Favela-Bairro, tão difícil quanto realizar melhorias foi mantê-las, uma vez que, após determinado tempo, a manutenção deixou de ser feita, assim como os serviços de coleta de lixo, água, luz e esgoto. Como consequência, as favelas que receberam o projeto atualmente apresentam problemas muito parecidos com os antigos, como lixo nas ruas, esgoto a céu aberto e fornecimento de água e luz precário.

O fato de haver a possibilidade de traficantes voltarem a causar esse tipo de situação pode ter sido um dos motivos pelos quais a UPP Social só começou a funcionar dois anos depois da UPP militar - de modo que, sem o poder do tráfico nas favelas, uma dificuldade já teria sido superada. Inicialmente, as ações da UPP Social foram coordenadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). O economista Ricardo Henriques foi convidado pelo governo estadual a assumir a SEASDH e ficou à frente do programa. Entretanto, já em dezembro de 2010, ele deixou a secretaria e, a partir de um acordo entre o então governador Cabral e o prefeito Eduardo Paes, o programa passou a ser responsabilidade do município. A UPP Social foi instituída formalmente em 4 de janeiro de 2011, coordenada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), que, posteriormente, viria a ser presidido por Ricardo Henriques (CUNHA; MELLO, 2011).

À medida que as favelas foram recebendo as UPPs, o programa foi sendo elogiado e possibilitando uma nova esperança em relação ao fim dos tiroteios e de outras tristes consequências do tráfico de drogas:

Não são apenas os moradores dos bairros que aplaudem a implantação de UPPs nas favelas, estimulados pela valorização de seus imóveis e pelo fim dos confrontos armados em sua vizinhança, assim afastando o medo das "balas perdidas". Esta é também, conforme os depoimentos de moradores de

favelas que temos recolhido em nossas pesquisas de campo, a principal razão do apoio destes ao projeto. (LEITE, 2012, p. 383).

Ainda segundo a autora, os moradores dessas favelas almejam a possibilidade de não ter mais suas rotinas alteradas em função do crime e ainda comemoram a diminuição de homicídios praticados por policiais e encobertos pelos antigos autos de resistência - apesar de algumas denúncias de violência praticada por estes persistirem.

De fato, o que se constatou logo que algumas UPPs foram instaladas foi a diminuição da violência nesses locais. Para Machado da Silva (2010, p. 3):

É muito provável que a presença maciça de policiais recém ingressados e, portanto, ainda não envolvidos com as redes internas de poder da instituição e pouco socializados na cultura corporativa, venha a inibir fortemente o porte ostensivo de armas, talvez o mais contundente fator de medo e insegurança.

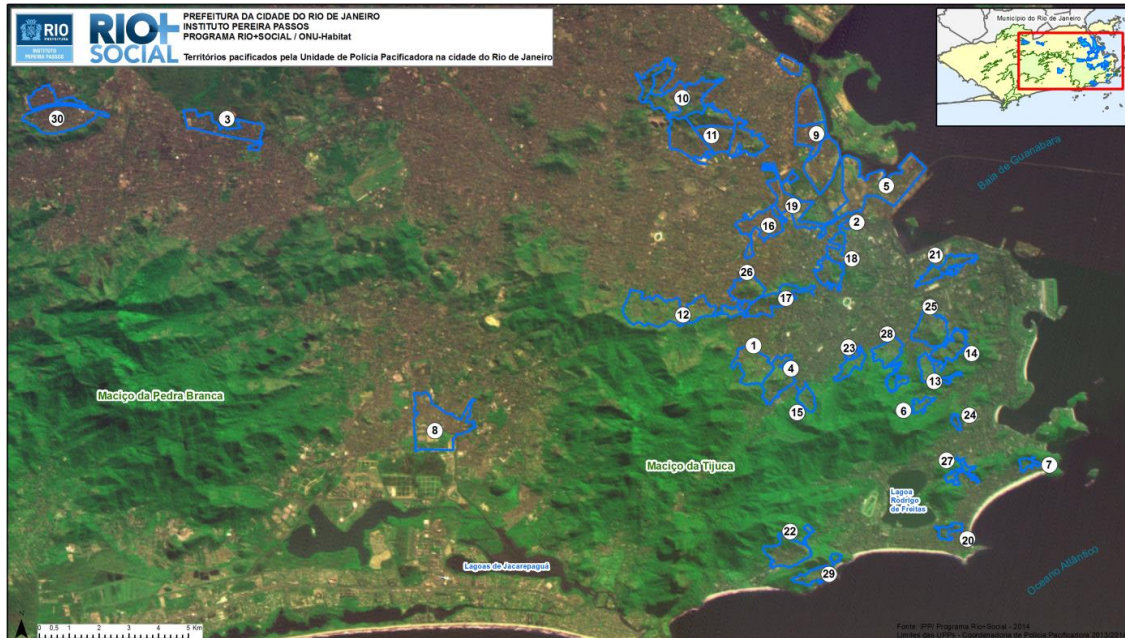
Alguns estudos mostram que essa previsão se confirmou, como o realizado pelo Observatório Internacional de Violência Associada ao Narcotráfico (OBIVAN), cujos resultados preliminares apontaram para uma redução de combates entre traficantes e policiais de mais 60% entre os anos de 2009 e 2010, quando comparados aos anos de 2007 e 2008 - muito embora o número de confrontos entre facções criminosas não tenha tido uma diminuição relevante (CARNEIRO, 2011).

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) também ilustram um resultado positivo: em 2012, percebia-se que as 18 primeiras favelas que receberam UPPs registraram uma média de homicídio de 8,7 por 100 mil habitantes, número inferior à taxa média do País, de 24,3 (CUNHA, 2014). Já o estudo Os donos do morro, realizado em 2012, demonstra que o número de mortes violentas em áreas pacificadas reduziu em 75% e os roubos em 50% - redução que não se restringe apenas ao interior das favelas, mas que acontece da mesma forma nos seus arredores (NEGREIROS, 2014).

O problema é que essas melhorias começaram a cessar, especialmente a partir de 2013, quando a taxa de homicídios voltou a subir e traficantes armados reapareceram em algumas das favelas pacificadas. E esse retrocesso foi visto tanto dentro das favelas quanto na cidade em geral: segundo dados do ISP, no primeiro trimestre de 2014, a violência no Rio de Janeiro se igualou aos níveis do mesmo período em 2008, antes da implementação das UPPs (THOMÉ, 2014). Um dos possíveis motivos para esse aumento dos índices de violência na cidade pode ser a "migração" do crime. Isso porque as áreas que mais receberam Unidades de Polícia Pacificadora foram a Zona Sul e a Zona Norte. Ao contrário, a Zona Oeste e a Baixada

Fluminense foram muito pouco beneficiadas: a Zona Oeste conta com apenas três UPPs e, a Baixada, com uma.

Figura 1 - Mapa da localização das 30 primeiras UPPs instaladas no Rio de Janeiro



Fonte: Rio Mais Social, ([2013]).

Ainda em função das localidades escolhidas para receber as UPPs, aliado ao fato de os eventos esportivos dos quais o Rio de Janeiro foi eleito sede ter sido um dos motivos para a execução do programa, a continuidade do projeto, com a permanência dos policiais nas favelas, também passou a ser questionada pelos moradores.

Assim, parecia ter fim o período inicial da UPPs, quando:

De um lado, militantes (favelados ou não), e uma parte dos pesquisadores têm defendido que as UPPs são apenas um novo nome fantasia para as mesmas práticas policiais de sempre: arbitrárias, corruptas e violentas. De outro, uma minoria de oficiais da Polícia Militar (PM), à qual as UPPs estão subordinadas, os demais pesquisadores, grande parte da opinião pública, incluídos segmentos da população favelada, e quase toda a grande mídia, consideraram as UPPs um sucesso tão grande que elas se tornaram uma verdadeira panaceia. (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 11, 12).

As dificuldades enfrentadas pelo programa começaram a ficar mais evidentes, tanto na área militar, quanto na área social. Embora parte da população ainda se mostrasse satisfeita com a redução significativa de homicídios nas favelas, os moradores passaram a enfrentar outros tipos de dificuldades. Com a regularização de serviços como fornecimento de água e luz, o custo de vida ficou mais alto. Em relação à energia elétrica, que foi o primeiro destes a ser

regularizado, alguns moradores consideram correto pagar pelo uso; entretanto, outros reclamam que os critérios da cobrança não são claros nem justos, uma vez que a qualidade do serviço fornecido nas favelas não é a mesma que em outras partes da cidade. Há também reclamações a respeito da taxa de água, pois algumas pessoas afirmam que são cobradas por esse fornecimento sem sequer ter acesso a ele. Falta de água e luz e deficiências no sistema de recolhimento do lixo são outros problemas frequentemente enfrentados por parte da população. E, como consequência das novas taxas cobradas, o preço das casas também aumentou. Em áreas que receberam UPPs, houve uma valorização de até 200% no valor tanto de aluguel quanto de venda de imóveis. Muitos comerciantes acabaram fechando seus estabelecimentos e moradores, sem condições de arcar com esses gastos, tiveram de procurar outro lugar para morar.

As falhas cometidas pelos policiais das unidades também começaram a aparecer. Apesar da ideia de uma polícia comunitária, próxima da população que o programa prega, alguns moradores parecem negar isso. Há relatos de agentes que entram em casas sem autorização judicial, arrombam portas, agridem e ameaçam moradores, sem contar as frequentes abordagens e revistas de pessoas consideradas suspeitas por eles - isso além dos casos de desaparecimento, que aumentaram em 92% depois do início das UPPs (NEGREIROS, 2014). Soares (2015, p. 49), resume essa situação quando afirma que o programa "[...] goza de bastante prestígio na classe média, agrada os moradores das favelas atendidas durante algum tempo até que se revela mais do mesmo, o que aliás seria previsível, uma vez que as polícias não sofreram qualquer reforma."

Esses problemas ganharam ainda mais visibilidade após o caso de Amarildo, um pedreiro, morador da favela da Rocinha, que desapareceu após ser levado por policiais militares para interrogatório na UPP em julho de 2013. Os policiais afirmam que o homem deixou a UPP sozinho; entretanto, nas câmeras do local, não há nenhuma imagem que registre esse momento. Após investigações e depoimentos de testemunhas, quatro PMs que participaram de uma provável sessão de tortura a que Amarildo teria sido submetido foram identificados. O corpo da vítima nunca foi encontrado e, no final de 2013, a Justiça decretou sua morte presumida. Treze dos 25 policiais denunciados pelo crime foram condenados no começo de 2016. Um deles, entretanto, morreu antes da sentença.

Outros casos, como um suposto estupro de três jovens cometido por policiais da UPP Jacarezinho, além do aumento da criminalidade em favelas que receberam as unidades e de frequentes confusões entre moradores e policiais (GALDINO, 2014), também aumentam cada vez mais a dúvida em relação à validade do projeto. Machado da Silva (2015), ainda destaca

outra possibilidade. Segundo o autor, as críticas existentes à violência policial não são novas, mas, durante muito tempo, tiveram peso limitado nos debates coletivos. Entretanto, os bons resultados iniciais das UPPs acabaram despertando interesse da população pela atividade dos policiais.

Ao tornar-se objeto de atenção da coletividade, a antiga autonomia do policiamento cotidiano, condição indispensável do arbítrio tradicional, ficou bastante limitada durante alguns anos. Mas a janela de oportunidade para uma mudança institucional significativa e rápida aberta durante os primeiros anos das UPPs parece, paradoxalmente, ter esbarrado nos resultados não intencionais dos protestos de meados de 2013, muitas vezes chamados de "volta às ruas". (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 19).²⁵

Isso aconteceu porque, inicialmente, algumas manifestações foram severamente reprimidas por policiais, que utilizavam bombas de gás lacrimogêneo e armas de bala de borracha para conter as ações de manifestantes. Como essa repressão foi bastante brutal, a atuação da polícia nesse tipo de situação também acabou entrando em pauta e abrindo caminhos para discussões a respeito de como os agentes são treinados para agir diante dessas manifestações.

A verdade é que esse comportamento violento da polícia, como já visto, é algo bastante antigo, mas que costuma ser colocado em prática somente com pessoas marginalizadas: pobres, negros, moradores de favelas - e isso parece já não incomodar ou, pelo menos, não chocar parte da população. Mas nas manifestações de 2013, os alvos da repressão policial eram também brancos de classe média, e foi graças a isso que a postura dos policiais começou a ser mais questionada.

Entretanto, como alguns manifestantes (que receberam a definição generalizada de "vândalos" por grande parte da mídia) incluíam em suas ações a depredação de prédios públicos, bancos e veículos do transporte público, as críticas da população se voltaram contra eles. Os atos considerados de vandalismo passaram a ser focalizados, e não mais a violência policial, de modo que a repressão aos primeiros começou a ser defendida.

Fechando esses parênteses, que tentam elucidar um pouco a questão de como o comportamento da polícia parece ser visto pela sociedade (desde que seja para reprimir "vândalos" e criminosos, os policiais estão certos em se utilizar da força, mesmo que exagerada) e retornando às UPPs, fica a impressão de que, agora que o programa não é mais novidade e que as expectativas em relação a um resultado positivo já diminuíram muito, a

²⁵ Esses protestos, ocorridos principalmente em junho de 2013, tiveram início como atos contra o aumento das passagens de transporte público em diversas capitais brasileiras. As manifestações foram ganhando força e cada vez mais adeptos, levando milhares de pessoas às ruas e incluindo na pauta das reivindicações outras questões, como a corrupção e os altos valores investidos em obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas do Rio em 2016.

polícia pode voltar às suas práticas arbitrárias e repressoras, sem se preocupar muito com a repercussão que isso irá gerar. Ainda assim, outras Unidades de Polícia Pacificadora foram instaladas em 2014, e alguns moradores de favelas não pacificadas veem nas UPPs uma esperança de se ter mais segurança e dignidade nos locais em que vivem. Não se pode saber se as especulações de que o projeto não terá uma longa permanência agora, que já se passaram a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, irão se confirmar. O que já se pode constatar é aquele clichê, dito pelo ex-capitão do BOPE Rodrigo Pimentel, há mais de 15 anos, em *Notícias de uma Guerra Particular*, que "só a polícia não resolve" - ainda mais uma polícia com fama de opressora e que mais intimida do que garante a segurança da favela. E, no próximo capítulo, que consiste na análise de *Morro dos Prazeres* e *5x Pacificação*, isso ficará ainda mais claro, a partir da percepção do comportamento do policial das UPPs e das fraquezas do programa de pacificação que podem ser identificadas nos filmes.

4 ANÁLISE DOS FILMES

Neste capítulo, serão vistos, inicialmente, dados e informações relevantes sobre os filmes *Morro dos Prazeres* e *5x Pacificação*, como data e contexto dos lançamentos e número de espectadores no cinema. Em seguida, será explicada a metodologia utilizada na análise, com inspiração na análise fílmica de Jacques Aumont, e serão apresentadas as sequências selecionadas, por meio dos fotogramas e da descrição de cada uma delas, divididas nas categorias: O policial das UPPs como indivíduo; O policial das UPPs como instituição; e O policial das UPPs pelo morador de favela. Abaixo da descrição das duas sequências de cada categoria, estará a análise e as conclusões mais específicas sobre os aspectos analisados.

4.1 INTRODUZINDO A PACIFICAÇÃO NO CINEMA

O filme *Morro dos Prazeres*, que tem roteiro e direção de Maria Augusta Ramos, é definido como "[...] uma crônica documental sobre o dia-a-dia de uma comunidade do Rio de Janeiro um ano depois da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)" (MORRO, 2013) na contracapa do DVD. O filme foi rodado em quatro meses, entre abril e julho de 2012, quando a diretora e sua equipe acompanharam o cotidiano da favela que dá nome ao filme a fim de observar o processo de pacificação a partir do ponto de vista dos moradores do local e dos policiais da UPP ali instalada. Ainda conforme consta na contracapa do DVD:

Ao lado de *Justiça* (2004) e *Juízo* (2007), longas-metragens anteriores de Maria Augusta Ramos, o filme forma uma trilogia em torno dos sentidos de lei para os cidadãos e para os sujeitos encarregados de fazê-la valer. Como *Justiça* e *Juízo*, *Morro dos Prazeres* lança um olhar agudo sobre o modo de viver e de pensar de seus personagens, tangenciando algumas questões centrais da sociedade brasileira, como a noção de justiça e cidadania, as questões de gênero, as fronteiras entre vida pública e privada, e as distorções geradas pelo abismo social. (MORRO, 2013).

Conforme a sinopse, o documentário foi gravado um ano após a instalação da UPP no Morro dos Prazeres - período em que, como foi visto no capítulo anterior, a impressão que se tem em relação ao projeto de pacificação nas favelas costuma ser positiva, em função da sensação de segurança, causada pela presença constante da polícia e pela consequente ausência de bandidos armados circulando; mas que também é de adaptação tanto para os moradores quanto para os policiais. O que se percebe ao assistir ao filme condiz bastante com isso: tem-se a sensação de uma favela tranquila - por vezes até monótona -, onde os dias não

envolvem nada muito além de pessoas circulando, jovens empinando pipas, senhores e senhoras com problemas de saúde, algumas pequenas discussões de bar, provavelmente causadas por assuntos banais e potencializadas pelo excesso de álcool. O máximo que parece haver são pequenos furtos - dos quais uma moradora se queixa logo no começo do filme, mas que também não voltam a ser mencionados após isso - e consumo de drogas dentro dos bailes funk - que parecem estar com os dias contados em função do barulho e das confusões que sucedem os eventos, dos quais o policial responsável pela UPP do local, capitão Odilon, diz ouvir muitas reclamações. Por vezes, chega-se a ter a impressão de que os próprios policiais se sentem entediados com a tranquilidade do local. Inclusive, Odilon menciona, durante algumas conversas ao longo do documentário, que já flagrou alguns policiais dormindo em horário de serviço sob as árvores - mais um possível indício de que o trabalho no local seja bastante monótono.

Como dito anteriormente, o filme não apresenta entrevistas nem depoimentos dos personagens - pelo menos não de forma direta. Entretanto, ao acompanhar o cotidiano de moradores e policiais da favela, a câmera acaba por captar suas conversas, que, nesse caso, têm a mesma validade que depoimentos. Ainda, é sabido que os documentários, da mesma forma que acontece em filmes de outros gêneros, são dirigidos, assim como é fato que as pessoas alteram seu comportamento quando estão em frente a uma câmera. Porém, algumas conversas captadas pela câmera - por vezes fixa, por vezes na mão, acompanhando os movimentos dos personagens, mas sempre em movimentos suaves - causam certo estranhamento e até incômodo, pois se tem a frequente e forte impressão de que elas não estariam acontecendo se não estivessem sendo gravadas, e tanto os policiais quanto os moradores do morro, por vezes, parecem, de fato, estar atuando.

Morro dos Prazeres foi premiado com melhor direção, melhor fotografia e melhor som na competição de documentários do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em setembro de 2013, quando o filme foi exibido pela primeira vez²⁶. A estreia comercial,

²⁶ É curioso observar que o site da edição do festival de 2013 (<http://www.festbrasil.com.br/2013/>) encontra-se hackeado. Ao acessar o endereço, aparece, na parte superior da página, "Hacked by: Scorpions", e, abaixo, há uma fotografia de um homem com o rosto coberto, com duas armas nas mãos, seguida pela frase "Enquanto na Favela estiver Guerra, o Governo não terá Paz!". Além de *Morro dos Prazeres*, o filme *Contos da Maré*, de Douglas Soares, que também se passa em uma favela, foi premiado no festival como melhor filme de curta-metragem de documentário e melhor trilha sonora. No filme, moradores da favela da Maré contam lendas urbanas, histórias e boatos que circulam pelo local. Não há como provar as intenções de quem hackeou o site, mas, levando-se em conta a fotografia e a imagem ali publicadas e o fato de o site ser da edição do festival que premiou *Morro dos Prazeres*, um filme que tem como tema principal as UPPs e que, como será visto em breve, acaba por denunciar algumas atitudes violentas e opressoras por parte dos policiais das unidades, é quase impossível não fazer essa relação, entendendo a atitude como algo além de uma "ameaça" ao governo, mas, também, como um protesto.

entretanto, ocorreu dois meses depois, no dia 29 de novembro, tendo sido exibido em apenas cinco salas, fazendo um público de 2.254 espectadores nos cinemas.

5x Pacificação, por sua vez, não faz parte exatamente de uma trilogia, mas é possível dizer que também tem relação com outros dois filmes: *Cinco Vezes Favela* (1962), de Marcos Farias, Miguel Borges, Carlos Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman; e *5x Favela - Agora por Nós Mesmos* (2010), de Wagner Novais, Manaira Carneiro, Rodrigo Felha, Cacau Amaral, Luciano Vidigal, Cadu Barcellos e Luciana Bezerra, também produzido por Carlos Diegues e Renata Almeida Guimarães. O primeiro filme, que faz parte do Cinema Novo, apresenta cinco histórias independentes, cada uma dirigida por um diretor, que têm como cenário principal a favela. O segundo tem a mesma logística, sendo que alguns episódios têm mais de um diretor, e que todos eles são moradores de favelas do Rio de Janeiro (por isso o "agora por nós mesmos" do título). *5x Pacificação* é dirigido por alguns dos diretores de *5x Favela - Agora por Nós Mesmos* e tem os mesmos produtores - um deles que ainda dirigiu *Cinco Vezes Favela*. Além disso, os três filmes são divididos em cinco capítulos. As diferenças mais marcantes entre os dois filmes e *5x Pacificação* são que o último é um documentário e que tem uma temática específica, que é o projeto das UPPs.

O filme é dividido nos capítulos *Morro*, *Polícia*, *Bandidos*, *Asfalto* e *Complexo*, que abordam o processo de pacificação a partir de diferentes pontos de vista. Logo no início²⁷, durante uma reunião dos diretores, eles dizem que querem entender o que é esse processo e por quais mudanças as comunidades que o recebem passam. Ao longo dos capítulos, são apresentados diversos debates que envolvem o projeto de pacificação, que vão além da segurança pública em si. Questiona-se sobre questões relacionadas a leis e ao ordenamento urbano, como serviços prestados nas favelas sem regulamentação, incluindo as moto-táxis e comércio, em geral; a realização de bailes funk, que antes não tinham hora para acabar e, com a chegada dos policiais, acabaram sendo vetados em algumas favelas; além de apresentar a situação dos "ex-bandidos", que antes eram envolvidos com o tráfico de drogas, mas, agora, querem mudar de vida e abandonar a vida de crimes que levavam.

Para isso, o filme se utiliza de entrevistas, feitas pelos próprios diretores - que, muitas vezes, aparecem durante as conversas - e depoimentos de moradores de favelas, ex-trafficantes, policiais das UPPs, além de autoridades e estudiosos do assunto. Um componente importante do filme são os momentos de discussão entre os diretores, que, por se tratarem de moradores de favelas, também têm uma contribuição válida enquanto personagens que vivem

²⁷ Na cena compreendida entre 00:01:00 e 00:02:30.

a realidade desses lugares - alguns pacificados, outras não. O documentário apresenta uma filmagem feita, basicamente, com câmera na mão, utilizando-se bastante de *zoom* e *travelling*, por vezes em movimentos bastante bruscos, demorando alguns instantes para definir o enquadramento e, inclusive, encontrar o foco - algo que pode causar incômodo em alguns momentos - mas que não chega a prejudicar o filme como um todo.

5x Pacificação estreou nos cinemas nacionais em 16 de novembro de 2012, sendo exibido em 16 salas e alcançando o número de 6.296 espectadores.

4.2 ANÁLISE DE *MORRO DOS PRAZERES* E *5X PACIFICAÇÃO*

A análise dos dois filmes foi feita de forma conjunta. Inicialmente, após se assistir aos filmes algumas vezes, foram definidas as três categorias de análise, já mencionadas, procurando identificar as representações do policial das UPPs como indivíduos, como instituição e pelos moradores de favelas. Após, foram selecionadas três sequências de cada documentário, uma para cada categoria, tendo como critério de escolha aquelas cujos diálogos, depoimentos ou entrevistas mais se aproximassem do tema proposto da análise.

Para isso, algumas sequências selecionadas a priori foram assistidas diversas vezes, até que ficasse claro para a autora quais delas realmente se encaixavam nas categorias, lembrando sempre que a análise tem como foco a representação dos policiais das UPPs - apesar de, em algumas sequências, falar-se mais da UPP enquanto projeto e menos dos indivíduos que nele atuam. Essa metodologia utilizada no processo de seleção das sequências vai ao encontro do que dizem Aumont e Marie (2009, p. 12): "O olhar com que se vê um filme torna-se analítico quando, como a etimologia indica, decidimos dissociar certos elementos do filme para nos interessarmos mais especialmente por tal momento, tal imagem ou parte da imagem, tal situação".

Posteriormente, foram feitos os fotogramas dessas sequências - cuja indicação do tempo em que elas ocorrem nos filmes está informada em notas de rodapé -, captando-se todos os planos de cada uma delas, e dispostos no trabalho em divisões terciárias dentro deste subcapítulo, conforme sua categoria. Abaixo de cada fotograma, há a descrição da sequência, com informações importantes, como os cortes, enquadramentos e movimentos de câmera, e a transcrição direta ou indireta dos diálogos, entrevistas e depoimentos dos personagens.

Após o fotograma e a descrição das duas sequências escolhidas para cada categoria, está a análise de ambas. Decidiu-se fazer a análise conjunta, por categoria, a fim de se identificar, de fato, um padrão, com a intenção de compreender como a representação dos

policiais é construída pela narrativa cinematográfica, com base nos dois filmes, mesmo que estes apresentem algumas divergências nessa representação. Assim, a análise tem como foco a narrativa, observada pelo movimento da câmera, pelos trejeitos e expressões dos personagens, mas, principalmente, através de suas falas.

Como dito no começo do trabalho, os filmes escolhidos para a análise, apesar de apresentarem temática policial, não se enquadram nos gêneros que normalmente se aplicam a filmes com esse tema, como ação, suspense ou *thriller*. Tratam-se de documentários, de filmes que se propõem a - como o próprio nome diz - documentar algo; no caso, o projeto de pacificação das favelas cariocas. Isso se percebe, principalmente, a partir da narrativa: *Morro dos Prazeres* com o caráter de "crônica documental", como já visto, com a câmera captando eventos cotidianos da favela; *5x Pacificação* com seus depoimentos e entrevistas, assumindo um formato de documentário mais familiar e de simples compreensão. Assim, cabe, novamente, falar sobre a questão da representação, a partir do ponto de vista de Rancière.

Para o autor, há três aspectos que marcam o que ele chama de "obrigação representativa" (RANCIÈRE, 2012a, p. 123): o fato de a palavra ter a função de substituir o que não é visível, com o objetivo de "fazer ver"; a relação entre o que já sabemos e o que nos surpreende, no "[...] jogo entre um querer saber, um não querer dizer, um dizer sem dizer e uma recusa de ouvir" (RANCIÈRE, 2012a, p. 125); e, por fim, o vínculo com a realidade, pois a representação precisa ter semelhanças com o real para que nos cause algum efeito. Dessa forma, justifica-se a importância tanto das imagens quanto das falas dos personagens analisadas nas sequências, a fim de se compreender essa representação. Além disso, segundo o autor, a palavra da testemunha pode ser utilizada de duas formas:

A primeira valoriza a narrativa simples, que não constitui arte, mas apenas traduz a experiência de um indivíduo. A segunda, ao contrário, enxerga na "narrativa da testemunha" um novo modo de arte. Neste caso, trata-se menos de narrar o acontecimento que de testemunhar um *aconteceu* que excede o pensamento, não só por seu excesso próprio como porque é próprio do *aconteceu* em geral exceder o pensamento. (RANCIÈRE, 2012a, p. 120-121, grifos do autor).

Assim, é importante entender, como dito anteriormente, que os personagens do filme, em seus depoimentos, entrevistas e diálogos, acabam assumindo esse papel de testemunha e, a partir de suas falas, os filmes constroem suas narrativas. E é a partir dessa ideia de representação que a análise será feita.

Para a etapa da análise, ainda é importante todo o conhecimento adquirido durante as etapas iniciais do trabalho, que dizem respeito a uma contextualização histórica e social da polícia brasileira e, principalmente, de sua relação com as favelas. A partir da pesquisa

realizada, torna-se mais fácil entender os fatores implícitos nos filmes, mas que, como será visto no próximo capítulo, quando se tem noção dos fatores externos a eles, acabam deixando alguns vestígios - que, talvez para outro espectador, passariam despercebidos. Assim, o que foi visto anteriormente, no "fora de quadro", poderá auxiliar a compreender aquilo que está dentro de quadro e que será analisado.

Ao fim da análise das sequências de cada categoria, há uma breve conclusão mais específica sobre o que foi observado nos fragmentos em questão. As conclusões mais gerais a respeito da representação dos policiais das UPPs nos filmes, entretanto, estarão incluídas nas considerações finais do trabalho.

4.1.1 O policial das UPPs como indivíduo

Figura 2 - Fotograma da sequência dos policiais das UPPs conversando na favela - *Morro dos Prazeres*





Fonte: *Morro dos Prazeres*, 2013

Uma sequência²⁸ que destaca bastante o policial como indivíduo em *Morro dos Prazeres* se dá quando um grupo de policiais da UPP conversa em uma parte alta da favela, com uma vista da cidade do Rio de Janeiro. No trecho, duas mulheres e dois homens estão em pé. Inicialmente, eles parecem estar falando sobre alguma favela que ainda não é pacificada. Uma policial diz: "*Mas com o BOPE lá, já vai dar uma aliviada*", e a outra concorda. Um dos homens conta que faz entrega com um caminhão e que, em certas favelas, ele não entra. Ele diz que pega várias rotas e que certa vez pegou a Tijuca. O outro policial comenta: "*Tranquilão*", e ele responde: "*É, tá pacificada*". O outro complementa: "*Quer dizer, tranquilão não, porque o trânsito lá é brabo*". Ele comenta que também entrega no Borel, e uma das policiais diz que lá é bom porque está pacificado. O policial relata, então, que não entrega na Maré, nem no Dendê, além de outras favelas, e que o chefe reclama, mas que "*não tem como*". O outro policial comenta: "*Pô, Ilha²⁹ é escroto pra entregar, né*". O enquadramento muda, em corte seco, e o policial, agora em close, segue contando sobre suas entregas. "*Aí esses dias eles entraram no Caju³⁰ pra fazer entrega. Aí o cara: 'Abre o baú'. Aí foi meter a mão pra pegar a chave, 'Ôôô, levanta a mão, levanta a mão!'. Aí ele 'Não, pô, só vou pegar a chave aqui'. Tava na troca de plantão deles. Foi lá, abriu o baú. Aí ele voltou...*". Ele é interrompido por uma policial que pergunta se lá também há troca de plantão, e ele diz que sim. O outro policial ironiza: "*Deve ser mais pontual que a nossa*", e eles riem. Uma policial diz: "*Vai você se atrasar pra ver... É um dente que você fica sem*". O policial continua a história: "*Aí ele voltou e falou: 'Ainda bem que tu não foi, cara. Eu fiquei com medo'. Falei: 'Aí tu não é nada'*". O enquadramento muda, novamente em corte seco, colocando outra policial em close. Os policiais comentam sobre um bombeiro que foi morto na favela da Coreia. A policial em close diz: "*Não, e quando mata policial e bombeiro eles falam que*

²⁸ Sequência situada entre 01:12:35 e 01:15:26.

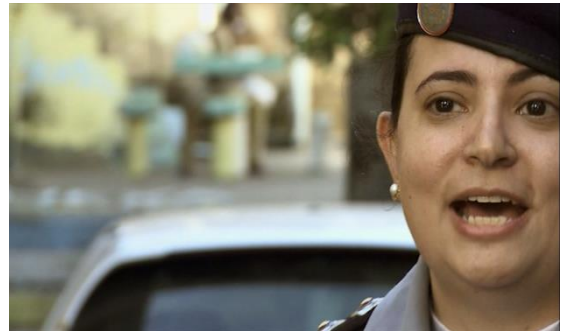
²⁹ Ele se refere à Ilha do Governador, onde fica localizado o Morro do Dendê.

³⁰ Caju é um bairro na região central do Rio de Janeiro, onde há um complexo de favelas.

ganham um fuzil, né". Outro policial diz que eles nunca fizeram isso com bombeiro e ela responde dizendo que bombeiro nunca viu, mas já viu falando do policial, que, quando matam, "eles sobem de posto e ganham fuzil. Caracterizado". O enquadramento muda novamente, em corte seco, e a outra policial fica em close. Ela comenta que são meninos novos, adolescentes. A outra policial diz que alguns nem devem mais estar vivos. Um dos homens comenta: "Trabalhador". E os outros concordam. Ele completa: "Do tráfico". O enquadramento muda mais uma vez, em corte seco, deixando o quarto policial em close, e, em seguida, também em corte seco, mostra uma das policias em close. Ela comenta que eles não podem dizer o que fazem. "Eu tenho orgulho. Querendo ou não, é daqui que eu me sustento, é daqui que eu sustento meu filho... Entendeu? E eu não posso falar o que eu faço. 'Ah, o que que você faz?', 'Sou funcionária do Estado'. 'Ah, professora, enfermeira...?', 'Sou funcionária do Estado...'. Eu tenho que manter aquilo, que eu sou funcionária do Estado. Eu posso falar: 'Não, sou policial militar', bater no peito e falar? Não posso. Eu queria muito! Chegar e falar: 'Não, sou policial militar', entendeu, poder pendurar minha farda lavadinha na corda da minha casa, não escondido no varal que eu tive que fazer na minha cozinha, entendeu? E o meu filho, gente, o meu filho na escola: 'Ah, a minha mãe é policial, não sei quê...'. A professora conversou com ele pra ele não contar pra ninguém que a mãe dele é policial. Cinco anos. E já vive aquela realidade que ele não pode dizer o que a mãe dele faz. Ele pode dizer o que o pai faz, mas o que a mãe dele não pode dizer. Ah, é ruim, a gente fica triste". A outra policial comenta que na casa dela vai ser difícil, e ela concorda: "Pai e mãe...". O enquadramento muda, em corte seco, para um plano geral dos quatro policiais, de costas, olhando a vista da cidade, em silêncio.

Figura 3 - Fotograma da sequência de policiais relatando experiências - 5x Pacificação





Fonte: *5x Pacificação*, 2012

Em *5x Pacificação*, um trecho que evidencia experiências individuais dos policiais dentro das UPPs se dá no capítulo *Polícia*. Nessa sequência³¹, um dos diretores do documentário, Rodrigo Felha, e o comandante da UPP Batan Ricardo Ribeiro aparecem em plano médio em uma rua da favela. O comandante começa a falar sobre uma situação em que

³¹ Situada entre 00:30:44 e 00:32:30.

um senhor o procurou dizendo que tinha um assunto grave para tratar. Ele conta que já ficou esperando por algo ruim, relacionado ao tráfico ou a crimes como assalto ou furto. Ribeiro relata que o senhor disse viver há muitos anos no local, ter convivido com o tráfico de drogas, ter passado por situações como assassinatos em frente ao portão de sua casa. O policial diz: *"Ele foi contando o histórico e eu pensando: 'Caramba, que que ele vai me falar, né, pra ser tão ruim?'. Aí ele: 'Pô, capitão, eu quero falar que tá acontecendo um fato que tá tirando o meu juízo e tudo mais... As crianças passam no meu portão e tocam a campainha todo minuto!'"*. Ele faz uma pausa e Felha ri. O policial diz ter relaxado quando o senhor disse isso, e suspira [nesse momento, a câmera, em *zoom out*, afasta-se um pouco], como se estivesse aliviado. Em corte seco, a cena muda e veem-se, em outro local, em plano médio, várias pessoas e alguns policiais fardados em uma rua. Ouve-se, em off, uma voz masculina perceptivelmente projetada por caixas de som: *"Vocês devem estar estranhando tanto PM aqui e sem um tiroteio"*. O enquadramento muda, em corte seco, e, em plano médio, está então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, falando em um microfone, com algumas pessoas ao fundo. Ele segue: *"Talvez seja a primeira vez que a Formiga veja policiais militares fardados sem tiroteio. E essa é a mudança. Não é verdade?"*. Ele olha para cima e aponta o dedo, e a câmera, em *travelling*, vai captar o local para onde o governador estava apontando, mostrando, durante o deslocamento, parte do prédio da UPP Formiga, até chegar a algumas pessoas acompanhando o discurso do governador em uma parte mais alta do local. Cabral repete: *"Essa é a mudança"*. Em corte seco, a cena muda mais uma vez, mostrando, em close, a capitã Veruschka Carvalhaes, comandante da UPP Formiga. Ela diz que precisa sempre haver a participação. *"Esse é o princípio base da polícia de pacificação. Da polícia de cidadania."* Há mais um corte seco, mantendo a policial em quadro, apenas um pouco mais distante da câmera. Ela segue: *"E a comunidade da Formiga, acho que pelo trabalho... que eu tive antes do capitão Amaral tá me recebendo de uma maneira esplêndida. Eu não tenho nada a te dizer do meu primeiro dia ao dia hoje [ela abre um sorriso enquanto fala]. Só tenho elogios. Me ajudaram na... junto com o Comando de Polícia Pacificadora, na... nos retoques finais, [a câmera, em *zoom*, aproxima-se mais do rosto da policial e, em seguida, em *zoom out*, afasta-se um pouco] pode-se dizer assim, da instalação do prédio. Aquela coisa de: 'Me empresta uma escada', aquela, aquela... aquele entrosamento, né. Aquela coisa de vizinho. Teve! E eu to gostando disso, to achando, desculpa aí o jeito de falar, um barato, viu? Tô achando muito legal"*.

Nessas duas sequências, percebe-se certa divergência na maneira como o policial como indivíduo é representado nos filmes. Em *Morro dos Prazeres*, na conversa entre os

policiais da UPP, parece pairar um sentimento de medo e de insegurança em relação à profissão. Primeiro, quando um deles comenta que não entra em algumas favelas não pacificadas para fazer suas entregas; e, mais para o fim da sequência, quando uma das policiais comenta que não pode falar qual é a sua profissão, mas que queria muito. Nesse caso, a própria policial diz ficar triste com isso. Por outro lado, na sequência de *5x Pacificação*, os policiais parecem estar mais satisfeitos com seu trabalho. Isso se percebe quando Veruschka comenta sobre a "relação de vizinho" que houve entre policiais e moradores da favela da Formiga e diz que só tem elogios desde que chegou lá, afirmando que está gostando muito.

Por outro lado, algo que pode ser observado nas duas sequências é uma sensação positiva em relação aos resultados das UPPs. Em *Morro dos Prazeres*, o policial que realiza entregas com um caminhão comenta sobre algumas favelas em que entra sem problemas, enquanto os outros policiais reforçam que essas favelas são tranquilas porque estão pacificadas. Quando um deles comenta que, apesar de a Tijuca ser tranquila (lá, há as favelas do Borel, da Formiga e do Salgueiro, todas pacificadas), o trânsito é ruim, têm-se a sensação de que os problemas que há nas favelas que receberam as UPPs são comuns a quaisquer outros lugares da cidade. Essa impressão se repete na sequência de *5x Pacificação*. Quando Ribeiro comenta que um senhor o procurou dizendo estar com um problema grave, e que esse problema grave se resumia a travessuras de crianças da favela, o policial demonstrou alívio. Assim, tem-se a sensação de que, após a pacificação, esse é o tipo de situação com as quais os policiais têm que lidar - algo bem menos grave que o tráfico de drogas, por exemplo.

Em relação a esse aspecto, pode-se fazer um paralelo com algo que foi visto no subcapítulo *As UPPs para além do cinema*: logo após as primeiras UPPs serem instaladas, de fato houve uma melhora na segurança dos locais que receberam as unidades e na cidade em geral - além do sentimento de tranquilidade exaltado pela mídia e que, nessas sequências, é bastante destacado pelos policiais. Cabe lembrar, ainda, que, tanto *Morro dos Prazeres* quanto *5x Pacificação* foram gravados antes de 2013 - ano marcado pelo aumento dos índices de violência no Rio de Janeiro e quando a validade das UPPs passou a ser mais fortemente questionada.

Também é válido destacar, da sequência analisada de *Morro dos Prazeres*, o fato de um dos policiais manter uma segunda função, que é a de entregador - um possível indício dos maus salários pagos à categoria - algo já comentado no documentário *Ônibus 174*³². Além

³² Em 2012, quando *Morro dos Prazeres* foi gravado, o piso salarial de um policial militar no Rio de Janeiro era de R\$ 1.450,00. O quarto mais baixo entre os estados do Brasil e o Distrito Federal.

disso, é interessante observar o receio que ele demonstra ter de entrar em favelas não pacificadas e o fato de ainda haver lugares onde o tráfico comanda e controla quem entra e quem sai do local - como no Caju, citado como exemplo pelo policial. Esse fato nos remete, novamente ao capítulo *As UPPs para além do cinema*, quando se questiona a continuidade do projeto de pacificação no Rio de Janeiro daqui para frente, passadas a Copa do Mundo e as Olimpíadas. De 2008 até hoje, 38 favelas receberam as UPPs. A última foi a Vila Kennedy, em maio de 2014 - mais de dois anos e meio atrás.

Assim, apesar do otimismo dos policiais em relação ao projeto das UPPs percebido nas duas sequências analisadas, questões como os baixos salários e a falta de preparo da polícia e o próprio interesse do Estado em dar seguimento à pacificação também ficam implícitas. O policial como indivíduo nesses dois trechos demonstra, de fato, otimismo em relação às UPPs, mas também demonstra receio - não só em *Morro dos Prazeres*, mas também em *5x Pacificação*, quando Ribeiro conta ser procurado por um senhor e pensar que o problema seria relacionado ao tráfico de drogas ou a outros crimes. Apesar de exaltarem uma sensação de segurança, o medo ainda parece pairar sobre os policiais nessas sequências.

4.1.2 O policial das UPPs como instituição

Figura 4 - Fotograma da sequência de treinamento dos policiais de UPPs - *Morro dos Prazeres*





Fonte: *Morro dos Prazeres*, 2013

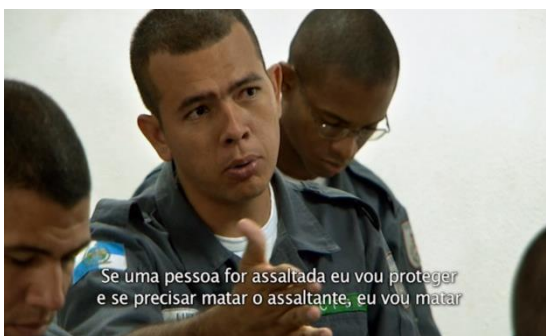
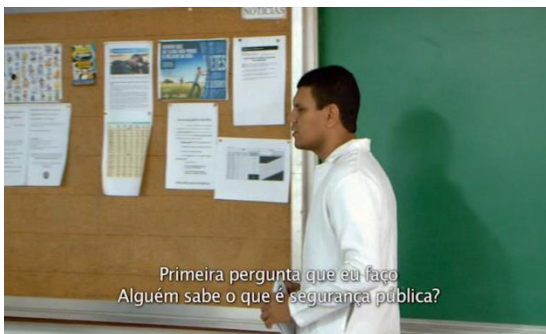
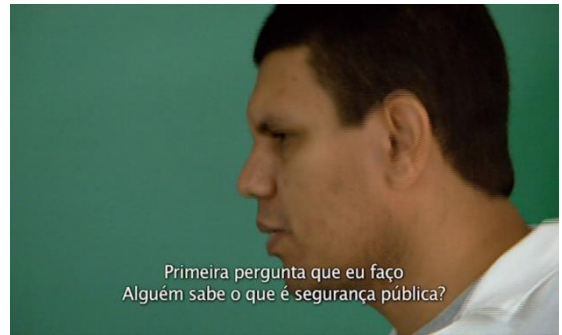
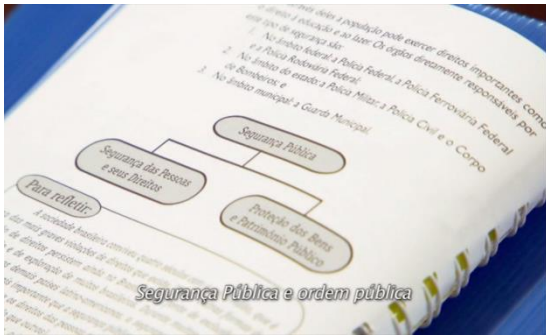
Uma sequência³³ que representa o policial das UPPs como instituição em *Morro dos Prazeres* se dá durante uma palestra de um coronel a capitães da Polícia Militar, provavelmente atuantes em UPPs. A sequência se inicia com um plano geral de alguns capitães sentados em uma sala, enquanto, em off, ouve-se a voz do coronel. Ele diz que a proposta do projeto de pacificação é reconhecer a agência policial como capaz de proteger vidas e liberdade, essencialmente, o que é também o propósito de qualquer polícia no mundo. Há um corte seco, e o coronel aparece em plano médio. Ele segue falando: "*Proteger vidas e liberdade. Não há outra ação de polícia que não seja direcionada para isso. Às vezes, há um somatório; às vezes, é só um; às vezes, é só outro, mas, essencialmente, protegendo vidas e liberdade nós nos encontramos com a verdadeira essência da atividade policial. E nós, a Polícia Militar dentro do processo de pacificação, como chegamos... quando chegamos às comunidades, nos apresentamos como uma ponte, como eu tenho dito, um link. E, às vezes, até coloco a metáfora, colocamos nosso próprio corpo a unir demandas reprimidas a ofertas possíveis que a gente traduz como oportunidade. Essa palavra, oportunidade, é muito... muito adequada, porque a mídia reverbera muito, as próprias comunidades, os processos de... sociabilidade derivadas da pacificação, também são muito claros com essa questão de oportunidade*". Ele continua, comentando sobre uma série do Jornal Extra que fala sobre o processo de pacificação e o que ele acarreta, como uma oportunidade para o Estado olhar para

³³ Situada entre 00:47:39 e 00:51:10.

as favelas e fazer alguma coisa, não deixando a responsabilidade apenas com a parte da segurança.

Há um corte seco, e veem-se, em plano médio, alguns dos capitães que estão assistindo à fala do coronel. Entre eles está Odilon, da UPP do Morro dos Prazeres, que aparece diversas vezes durante o documentário. O coronel continua, dizendo que, para o debate da estética de guerra - em que se está oficialmente, como Estado - ele mostra imagens de policiais que morreram em serviço, que tiveram uma viatura almejada. Há mais um corte seco, e o coronel volta a aparecer, em plano médio. Ele conta que, como comandante, já segurou um fuzil para mostrar para a imprensa. Ele dramatiza, como se estivesse segurando a arma, dizendo: "*Olha aí, tiramos deles!*". Ele comenta sobre a questão da imagem fálica, pois, muitas vezes, a arma é vista como uma extensão peniana do policial. "*Quanto maior o fuzil, mais ele se sente poderoso. E quando ele desapropria de outrem, ou seja, ele tirou a masculinidade do outro. Aí o policial segura, 'Aí, tomei deles'*". Ele segue com o tema, enquanto simula a forma como os policiais portam as armas. "*Tira o fuzil do policial aí guerreiro da rua pra ver como ele fica. Tira o fuzil do nosso UPP, tira o fuzil. E o UPP que não vivenciou um milésimo do que a gente aqui já vivenciou*". Ele dramatiza como se o policial reclamasse, dizendo que ele estaria tirando sua condição de homem. Ouve-se algumas vozes de capitães que assistem. Um deles acompanha a dramatização e diz: "*Não me deixa trabalhar...*" e o coronel concorda. Ele diz que conhece muito recruta fora do processo de pacificação que diz que está difícil, que hoje eles reclamam quando dão vários tiros e isso gera problema para eles. "*Sabe quem deu o problema? Foi eu, papai. Mande chamar você, a psicóloga, daquele tamainho, senta lá com a psicóloga e vai explicar porque você deu 22 tiros e não prendeu ninguém.*" Em corte seco, os capitães voltam a aparecer em plano médio, enquanto continua se ouvindo a voz do coronel em off: "*Então, compreender como se constrói uma estética de guerra, uma imagem, um conceito de guerra, é fundamental pra pessoa poder compreender, o nosso interlocutor, o que que é...* [há mais um corte seco e mostra-se outros policiais em primeiro plano. Entre eles, está Odilon] *o processo de pacificação. Depois disso, a gente mostra o custo da guerra* [o coronel volta a aparecer, em corte seco, em plano médio], *que é um drama, particularmente. Agora inclusive já decorei uns números aí, é interessante... vocês até... consolidarem alguns números...*". Ele cita os números dos quais fala, dizendo que, em 2006, 23 policiais militares morreram em confronto com o crime em serviço. "*2007, vinte. 2008, treze. 2009, doze. 2010, seis. 2011, três*". Com as mãos afastadas, ele repete: "*23... e três*".

Figura 5 - Fotograma da sequência de curso de policiais - 5x *Pacificação*





Fonte: *5x Pacificação*, 2012

Uma sequência³⁴ que evidencia o policial das UPPs como instituição no filme *5x Pacificação*, também dentro do capítulo *Polícia*, inicia-se com a imagem de um livro aberto em uma página com um esquema sobre segurança pública em primeiro plano. Em off, escuta-se uma voz: "*Segurança pública e ordem pública*". Em corte seco, mostra-se um homem, em close, que segue falando: "*Primeira pergunta que eu faço* [enquanto ele caminha, a câmera o acompanha. Até que, em *zoom out*, ele se afasta, e enxerga-se, atrás dele, um quadro verde e um mural.] *Alguém sabe o que é segurança pública?*". Há um corte seco, e a câmera capta, em plano médio, alguns policiais fardados, assistindo à aula. Um deles responde a pergunta: "*É manter a ordem da cidade, né? Manter as leis*". Em corte seco, a câmera mostra, em close, mais um policial que assiste à aula, enquanto o outro segue falando: "*Proteger as pessoas*. [há outro corte seco, e se vê outro policial, também em close. A voz segue em off]. *Garantir seus direitos e deveres*". O policial que está respondendo, em corte seco, aparece em close: "*Se uma pessoa for assaltada, eu vou proteger, e se precisar matar o assaltante, eu vou matar. Porque eu vou proteger aquela que está certa, dentro das leis, ele que tá abaixo da lei*". Em off, escuta-se uma voz dizendo que discorda, e outra perguntando: "*Onde está escrito que você tem que matar?*". Percebe-se que o policial chega a fazer menção de responder, mas há outros dois cortes secos, colocando em close mais dois policiais. A voz do homem que está dando a aula surge, em off: "*Abordei o cidadão*". [em mais um corte seco, três policiais aparecem em close, sendo que, em cada instante, o rosto de um está em foco] *A abordagem por si só já é constrangedora*".

Há um corte seco e a cena muda, mostrando, em close, o coronel Robson Rodrigues, comandante geral das UPPs, conforme a identificação que aparece na imagem. Ele diz que quanto mais legítima for uma polícia, menos força e controle ela precisa fazer. Há um corte seco e ele segue falando, em close: "*Agora, pra isso, a gente precisa... Limpar esses canais de*

³⁴ Situada entre 00:21:29 3 00:22:24.

diálogo. Eu tenho que convencer meus policiais, eu tenho que explicar os benefícios que é uma participação".

O que mais chama a atenção na análise dessas duas sequências é o fato de que o policial das UPPs é representado como um policial ainda em formação. Nos dois trechos escolhidos, mostra-se os policiais assistindo a uma aula e a uma palestra, evidenciando que o projeto de pacificação ainda é recente e que o treinamento do policial não é só prático, mas, também, teórico. Na sequência de *Morro dos Prazeres*, ao que tudo indica, os capitães que assistem à palestra já trabalham nas UPPs - algo que fica subentendido pela presença de Odilon, da UPP de Morro dos Prazeres. Ainda assim, eles seguem passando por treinamentos e formações, deixando a impressão de que o projeto de pacificação, com suas propostas de polícia comunitária e de proximidade, está sendo, de fato, incluído na formação dos policiais.

Já na sequência de *5x Pacificação*, os policiais que aparecem estão em um Curso de Formação de Soldados Militares, conforme a identificação visível em suas fardas. E, apesar de eles ainda não estarem atuando no projeto de pacificação, são eles que irão para as UPPs, pois, conforme o então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, explica em uma cena³⁵ do documentário, o policial se forma na academia e vai diretamente para a UPP, sem ir para as ruas, para que não adquira nenhum "vício". Beltrame ainda ressalta que o módulo de Polícia Comunitária foi incluído no currículo do curso. Entretanto, no fragmento analisado, percebe-se uma representação de que a ideia de vigilância, de garantir a lei e a ordem - algo visto nos capítulos anteriores que, por vezes, estimula um comportamento repressivo e violento por parte dos policiais - ainda está presente no imaginário deles, pelo fato de um dos alunos do curso dizer que, se fosse preciso, mataria um assaltante para proteger a vítima. Entretanto, também estão representados, nessa sequência, os policiais que entendem que, para garantir a segurança, não é preciso chegar ao extremo de matar, quando ouve-se alguém dizer que discorda do posicionamento do colega e, principalmente, quando outra voz (provavelmente a do ministrante da aula) pergunta onde diz que ele precisa matar o assaltante. Com isso, mostra-se que, na teoria, o policial não é estimulado a agir de forma opressora, mas sim com cautela e inteligência - algo reforçado pelo coronel Rodrigues, que diz que, quanto mais legítima for a polícia, menos força é preciso fazer. Ainda assim, ele ressalta que, para isso, é preciso que os policiais entendam os benefícios desse tipo de polícia comunitária - daí a importância desses cursos, palestras e formações.

³⁵ Situada entre 00:19:55 e 00:20:18.

Na sequência de *Morro dos Prazeres*, também se destaca a questão da importância de os capitães ali presentes entenderem do que se trata o processo de pacificação. E, para isso, o coronel diz fazer um paralelo com a estética de guerra, uma vez que, como visto anteriormente, havia no Rio de Janeiro antes das UPPs - e, de certa forma, ainda há, nas favelas que não foram pacificadas e naquelas em que, mesmo pacificadas, os traficantes voltaram a assumir o controle - uma ideia de guerra às drogas, protagonizada por policiais e traficantes. Ele cita que, para entender a importância de um projeto de pacificação, é preciso entender essa guerra e seus prejuízos, como as mortes de policiais. Também é interessante observar a questão do armamento policial. Em inúmeros momentos do documentário, os policiais da UPP aparecem circulando pela favela portando armas - ainda que não sejam fuzis. Como o coronel destaca, ainda é inimaginável para um policial trabalhar sem essa ferramenta em punho - mesmo que dentro de um projeto de pacificação, em favelas aparentemente controladas e sem a presença de bandidos armados.

Por fim, os dados que o coronel apresenta no fim da sequência analisada de *Morro dos Prazeres* deixam a mesma sensação otimista percebida nas analisadas anteriormente, de que o projeto das UPPs está funcionando, especialmente quando se trata de mortes em confrontos entre policiais e criminosos - número que, segundo o coronel, diminuiu de 23 para três em cinco anos. O que fica dessas sequências, de fato, é a sensação de que, se a formação dos policiais seguir instruindo para uma polícia comunitária, a relação entre eles e os moradores de favelas tende a melhorar e, a segurança pública, a aumentar cada vez mais - levando benefícios tanto para os moradores quanto para os policiais. Ainda assim, como dito no início da análise, a ideia de que esses policiais ainda estão em um processo de formação e adaptação permanece - é como se o policial pacificador, comunitário, ainda não existisse na prática. Essa sensação é traduzida por Felha, em uma cena³⁶ de *5x Pacificação*, quando, após acompanhar o treinamento dos policiais, ele diz que a impressão que se tem é de que, realmente, quando os policiais se formarem, tudo será maravilhoso; mas que, quem acompanha de perto, vê que não é isso que ocorre.

4.1.3 O policial das UPPs pelo morador de favela

³⁶ Situada entre 00:27:19 e 00:27:28.

Figura 6 - Fotograma da sequência de conversa de dois moradores do morro sobre as UPPs - *Morro dos Prazeres*



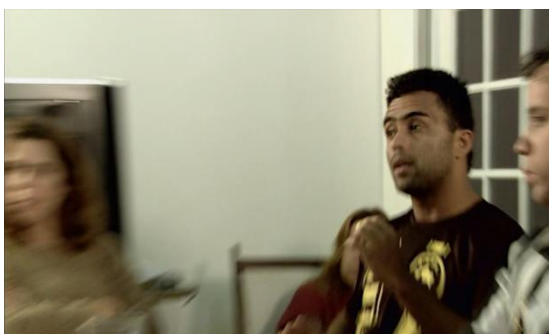
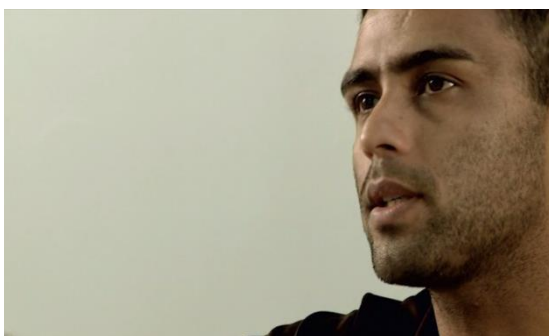
Fonte: *Morro dos Prazeres*, 2013

A sequência de *Morro dos Prazeres* escolhida para representar o policial das UPPs a partir dos moradores da favela acontece em uma cozinha, enquanto dois homens, enquadrados em plano médio, conversam³⁷. Um deles inicia falando: *"Todo camarada que assumisse uma comunidade, sabe, deveria fazer um cursinho, sabe, de sociologia, antropologia... Porque assim, os caras chegam aqui, sabe, o Estado fica ausente por séculos... fica ausente séculos da comunidade e aí... Vamo lá, implantar a UPP, beleza. Mas os caras não estudam a cultura local, sabe, não sabe que existe uma cultura local, os caras chegam aqui, velho, fazendo arruaça, acabam com tudo..."*. Há um corte seco e o homem que está falando aparece em close. *"Acho que o problema, não sei, cara, eu acho que o problema maior, assim, que eu vejo é a... De repente se os caras tivessem civil, até, mas a farda, quando põe a farda, pra mim já..."*. O outro o interrompe, com a voz em off, dizendo que já há uma barreira e ele diz que "trava", colocando as mãos na horizontal no pescoço. *"Pelo histórico, pelo que eu já vi, pelo que eu vivi, sabe... Pelo que a gente já presenciou. Sei lá, cria uma barreira, não consigo..."*. Em corte seco, o outro homem aparece em close, dizendo: *"O Charles usa até... até... até de forma bem feliz que nós éramos ilhas completamente separadas do continente. Nunca houve uma ponte que ligasse. E a ligação tá sendo feita por quem grande parte da*

³⁷ Situada entre 00:41:39 e 00:43:01.

comunidade tem ojeriza. Porque a maior parte da comunidade nunca gostou de polícia. Sempre... sempre viu policial como inimigo. Então de repente...". Ele é interrompido pelo outro, que diz que isso acontece, inclusive, pelo histórico. Ele concorda e segue: "Aí você chega, de repente, e vai ser ajudado pelo inimigo, é complicado. É uma adaptação que vai ser... vai ser morosa... mas... eu creio que possível".

Figura 7 - Fotograma da sequência de debate entre os diretores do filme - *5x Pacificação*





Fonte: *5x Pacificação*, 2012

Uma sequência³⁸ que ilustra o policial das UPPs a partir do ponto de vista de moradores de favela em *5x Pacificação* ocorre durante uma reunião entre os diretores e outros realizadores do filme, no capítulo *Polícia*.³⁹ Inicialmente, vê-se, em close, Wagner Novais, um dos diretores. Atrás dele, está Carlos Diegues, um dos produtores. Novais fala: "*Essa relação de proximidade do policial com... com o morador eu acho super importante pra quebrar estigma [em zoom out, a câmera se afasta um pouco], tanto do morador com o policial, tanto dele com... com... com o morador. Porque o policial, ele vê o morador como um adversário, vê como um inimigo. Todo morador ele vê como inimigo, isso é fato, isso daqui não precisa nenhum antropólogo chegar aqui e mostrar dado não, todo mundo sabe. E vice-versa, e o... e o... e o morador também não vê bem o policial, entendeu?*". Há um corte

³⁸ Situada entre 00:23:02 e 00:24:18.

³⁹ Cabe salientar que todos os diretores do filme são moradores de favela e, por isso, considerou-se pertinente selecionar esse diálogo para a categoria em questão.

seco e a câmera, por um instante, mostra um plano geral do local, com uma mesa e várias pessoas sentadas em volta. Em zoom, a imagem se aproxima de Rodrigo Felha, outro diretor, que diz: "*Na minha visão, o morador... e na visão de policial, também, eles não têm que ter a ideia [em zoom out a câmera se afasta um pouco] de que tem que ser amigo um do outro. Na boa*". Há um corte seco e a câmera, um pouco mais distante, segue mostrando Felha em close. Ele continua: "*Tipo assim. Tinha um policial lá nos apartamentos que não falava com ninguém, tranquilão. Olha só, já falei dele, já, já falei uma coisa boa dele, tranquilão*". Há mais um corte seco, e Felha aparece ainda em close, mas mais distante. "*Então assim... não precisa... não precisa ter aquela coisa de... de beber água, porque essa coisa que tu tá falando é importante mesmo, do cara tá lá todo dia. Porque eu sei que ele é tranquilo... mesmo sem falar com ele, e ele sabe que eu sou tranquilo, pô, o cara tá ali todo dia, eu sei que ele não vende droga, eu sei que ele não faz nada...*". Ele é interrompido por Novais. A câmera, em zoom out, se afasta e, em travelling, se aproxima de Novais, que aparece em close dizendo: "*Precisa ter uma relação amistosa que vai quebrar um estigma, cara. [em zoom out, a câmera se afasta um pouco] Tem que ter, maluco*". Felha o interrompe, e a câmera, em travelling, coloca-o em close. "*Mas basta, basta... basta... Essa coisa de, meu irmão, de dar copo d'água... [a câmera se afasta, em zoom out, enquadrando também Renata Almeida Magalhães, outra produtora do filme] Cidade de Deus, não vai rolar, parceiro. Não vai rolar*". Há um corte seco, e Felha e Renata aparecem em primeiro plano, enquanto ouve-se Novais em off. "*Não estou propondo a... [em travelling, a câmera capta Novais em close] a água, velho. Eu tô propondo a quebra e uma outra relação. Tanto dele pro morador quanto do morador pra ele*".

Nessas sequências, tem-se a mesma impressão de que o policial da UPP ainda está em formação e precisa aprender a se adequar à nova realidade em que está trabalhando. Na sequência analisada de *Morro dos Prazeres*, os dois moradores comentam que, por já terem experiências ruins com policiais, é difícil aceitar que, com o projeto de pacificação, eles estão lá para ajudar os moradores. O homem que inicia falando na sequência, na cena⁴⁰ anterior do filme, aparece tentando negociar com Odilon um horário para a realização de um baile funk - negociação essa que não é estabelecida. Por isso, na sequência analisada, ele comenta que os policiais, quando chegam nas favelas, não entendem que já há uma cultura local. No caso, existe a cultura do baile funk, que foi bastante reprimida nas favelas que receberam as UPPs, e essa questão é abordada nos dois documentários. Dessa forma, entende-se que os problemas

⁴⁰ Situada entre 00:39:32 e 00:41:39.

que envolvem os policiais das UPPs e os moradores de favelas representados nos filmes ultrapassa a simples questão da violência e da opressão policial fisicamente falando - atinge também outros âmbitos, como o lazer e a cultura dos locais.

Também chama a atenção que em ambas as sequências aparece a palavra "inimigo", utilizada para explicar como os policiais veem os moradores e como os moradores veem os policiais. Por isso, como destaca Novais, na sequência de *5x Pacificação*, é preciso haver uma relação entre eles que quebre esse estigma. Entretanto, percebe-se que a dificuldade está justamente em como fazer isso, uma vez que, como é mencionado em *Morro dos Prazeres*, o Estado permaneceu ausente das favelas por muito tempo e, quando criou um projeto para retomar esses espaços, entrou diretamente com o inimigo: ou seja, com a polícia. E, conforme Felha destaca em *5x Pacificação*, tentar "forçar" uma relação de amizade também pode não ser vista com bons olhos pelos moradores - pelo menos os da favela em que mora, que é a Cidade de Deus. Esse comentário também atenta para o fato de que cada favela é diferente e, por isso, pode exigir uma estratégia diferente por parte da polícia - algo que também é mencionado logo no começo do filme⁴¹.

A partir da análise dessas sequências, fica a sensação de que o projeto das UPPs ainda passa por adaptações, moldando-se conforme as necessidades. Há uma diferença entre *Morro dos Prazeres* e *5x Pacificação* que diz respeito à forma como os personagens falam sobre as UPPs. No primeiro filme, os moradores e policiais estão vivendo o processo no dia a dia, o que faz com que seus diálogos sejam voltados principalmente para o que está acontecendo naquele momento. Já *5x Pacificação*, apesar de ser gravado em algumas favelas que também já possuem UPPs, parece representar, a partir das entrevistas e depoimentos, a expectativa das pessoas em relação ao projeto, mais do que a situação atual de cada favela. Em contrapartida, a sequência analisada de *Morro dos Prazeres* se encerra com uma expectativa de um dos moradores, que diz acreditar que a adaptação dos policiais da UPP à favela e dos moradores da favela à UPP é possível, ainda que difícil.

Mais uma vez, permanece a impressão de uma incerteza em relação ao projeto de pacificação. Sente-se, por parte dos moradores representados nos filmes, algumas dúvidas quanto o projeto das UPPs: se dará certo, como os policiais deveriam agir, o que poderia ser feito para facilitar a adaptação - algo que, como visto nos capítulos iniciais do trabalho, de fato permeia o pensamento de quem vive a realidade da pacificação. Mas, apesar disso, permanece uma sombra de esperança para alguns moradores de que é possível que o projeto

⁴¹ Em cena situada entre 00:01:00 e 00:02:30.

seja exitoso - talvez por medo do que pode acontecer caso não dê certo, ou, até mesmo, talvez por não verem outra alternativa que não essa para melhorar a qualidade de vida nas favelas. Em ambas as sequências, são representados os moradores mais otimistas - no caso de Novais, em *5x Pacificação*, e do morador que acredita que a UPP pode dar certo, em *Morro dos Prazeres* -, e os mais céticos, como Felha e o morador que diz que não consegue ultrapassar a barreira entre ele e os policiais, em função de todo o histórico que já presenciou - histórico esse provavelmente bastante semelhante ao que foi visto nos capítulos anteriores, marcados por operações violentas por parte dos policiais em favelas, pelo preconceito que existe em relação aos moradores desses locais e por uma relação de desconfiança de ambas as partes envolvidas.

5 CONCLUSÕES

A partir do objetivo deste trabalho, que consiste em refletir sobre como a narrativa cinematográfica constrói a imagem do policial nos filmes nacionais, tendo como objetivo específico analisar os filmes *Morro dos Prazeres* e *5x Pacificação* - a fim de se perceber o que eles podem dizer a respeito dos policiais das UPPs - e das categorias de análise que buscaram auxiliar nessa reflexão, compreendendo este policial como indivíduo, como instituição e pelo ponto de vista de moradores de favelas, pode-se chegar a algumas conclusões relacionadas à forma como o projeto é problematizado nos documentários, ao comportamento dos policiais e à relação entre eles e os moradores. O projeto de pacificação aparece nos filmes rondado por incertezas - tanto por parte da polícia quanto dos moradores - e, os policiais, como sujeitos ainda em formação e adaptação. Assim, de forma geral, não se diferem muito dos policiais vistos em filmes anteriores às UPPs. Analisando-se os treinamentos pelos quais eles passam e o discurso da polícia como instituição, até é possível ter a impressão de que essa realidade está em processo de transformação, mas, a partir do que dizem os moradores, essa mudança ainda está longe de acontecer. Por fim, os filmes acabam denunciando as falhas e fraquezas do projeto de pacificação - que, ao contrário do que era esperado, limitou-se à ocupação policial, ignorando a parte mais social prevista pelo programa -, antecipando, assim, o insucesso do mesmo, que, hoje, está evidente.

Após a análise das sequências selecionadas e levando-se em conta também os documentários como um todo, alguns aspectos chamam bastante a atenção. O primeiro deles é em relação à forma como o projeto de pacificação é abordado em *5x Pacificação*, de modo que deixa uma sensação de que as UPPs ainda são algo em formação, ao qual tanto policiais quanto moradores estão se adaptando - mesmo que algumas favelas pelas quais o filme passa, como Batan e Babilônia, tenham recebido as unidades em 2009, três anos antes do lançamento do filme. É como se ainda houvesse muita expectativa sobre o projeto. Em *Morro dos Prazeres*, por outro lado, a impressão que se tem é de que, um ano após a instalação da UPP na favela, já há um modo de vida estabelecido, do qual os policiais fazem parte, e, assim como os moradores, ao qual já estão habituados.

Em *Morro dos Prazeres*, inclusive, como mencionado durante a análise, percebem-se momentos em que os policiais parecem até mesmo entediados com o serviço, que consiste em, basicamente, circular pela favela, fazendo patrulhamento ostensivo, e, em situações suspeitas, revistar e seguir pessoas. E isso leva a outro ponto que chama bastante a atenção, não apenas nas sequências analisadas, mas nos filmes como um todo, que é a utilização de

armas pelos policiais. Em diversos momentos dos documentários, eles aparecem circulando pelas favelas com as armas em punho, mesmo sem motivo aparente. É claro que, dentro do contexto em que os filmes se passam, ainda não há como se pensar em uma polícia desarmada; mas, por outro lado, por mais que a postura dos policiais das UPPs se diferencie daquela mais violenta dos policiais representados nos filmes que retratavam as incursões realizadas nas favelas antes do projeto de pacificação, é válido refletir até que ponto andar com as armas em punho em favelas pacificadas, onde não há mais a presença de bandidos armados, é uma questão de segurança ou de intimidação e manifestação de poder e superioridade por parte do policial.

Em ambos os filmes, há vários momentos em que são mostrados os treinamentos dos policiais ou, no caso de *5x Pacificação*, há superiores que falam sobre o projeto das UPPs, mencionando questões relacionadas à segurança pública e à importância dessa pacificação, por vezes citando, de certa forma, uma mudança no comportamento da polícia. Esse fato também deixa a impressão de que o processo ainda está em formação, assim como os policiais que o integram. Como o então secretário de Segurança Pública Beltrame cita, em uma cena já problematizada na análise, há uma mudança inclusive no currículo do policial, que passa a ter aula de segurança pública - algo que antes só era possível em um curso extra. E, talvez por esse fato de os policiais ainda estarem aprendendo como se integra um projeto de pacificação, eles seguem mantendo o hábito de andar com as armas em mãos - afinal de contas, até então era assim que os policiais se portavam durante as incursões realizadas nas favelas. Ainda, em *Morro dos Prazeres*, são inúmeras as cenas e sequências em que policiais aparecem revistando jovens - e em apenas uma sequência⁴², esse ato parece ser justificado, quando os policiais estão de fato procurando alguém suspeito (não fica claro o motivo dessa busca no filme). É como se aquela ideia, mencionada nos documentários, de que o policial vê os moradores de favelas como inimigo, continuasse no imaginário do policial. Parece que eles precisam intimidar, mostrar que, agora, eles são as autoridades ali, são eles que ditam as regras. Há uma jovem específica no filme, que inclusive relata já ter sido pega com drogas e ter sofrido abuso de autoridade por parte dos policiais⁴³, que passa por revista algumas vezes, e, quando os policiais vão embora, sempre parece ficar um mal estar. Em nenhuma das vezes em que aparecem cenas de revista policial eles encontram algo suspeito no filme.

⁴² Situada entre 00:32:30 e 00:37:57.

⁴³ Na sequência situada entre 00:14:43 e 00:18:46.

Ainda assim, os dois filmes também representam um lado mais humano do policial. Em *5x Pacificação*, a partir da fala dos policiais durante uma sequência⁴⁴, parece haver uma compreensão por parte deles sobre o modo de vida que os moradores tinham antes da entrada das UPPs - pois, sem a presença do Estado nas favelas, eles precisavam encontrar maneiras alternativas de organização e, como visto na primeira sequência do filme analisada, Veruschka chega a dizer que há uma "relação de vizinho" com os moradores. Já em *Morro dos Prazeres*, há uma sequência⁴⁵ em que duas policiais estão andando pela favela e encontram uma senhora de idade sentada em uma cadeira de rodas, se aproximam dela e perguntam como ela está e, inclusive, chamam-na de "vó". Uma das policiais fica ao lado da senhora⁴⁶, fazendo carinho em suas costas.

Por outro lado, há algumas controvérsias em relação a esse posicionamento mais compreensivo dos policiais nos filmes. Em *5x Pacificação*, há uma cena⁴⁷ em que Isaias Mendes de Souza, morador e representante dos moto-taxistas da favela do Tabajara, diz que, quando o Batalhão de Choque chegou ao local, "[...] veio buscando uma ditadura [...]", com suas próprias regras. Em *Morro dos Prazeres*, as próprias cenas e sequências de revista compõem essa ambiguidade. Além disso, uma das discussões que mais tem espaço dentro dos filmes diz respeito ao baile funk. Parece unanimidade entre os policiais que esse tipo de festa deve acabar cedo, pois o barulho incomoda os moradores que não estão no evento. E, de fato, a opinião de moradores diverge em relação aos bailes: alguns acham que realmente precisa ter hora para acabar, outros dizem que é algo que já faz parte da cultura da favela e que não é certo controlar tanto os eventos. Chama a atenção nos filmes a resistência que os policiais parecem ter com os bailes funk, talvez por saberem que há uso de drogas nessas ocasiões - o que é sabido que também há em outros tipos de festa, tanto dentro quanto fora de favelas. E não parece haver uma abertura para diálogos quando o assunto é esse. Por mais que, em *Morro dos Prazeres*, Odilon se proponha a chegar a um acordo⁴⁸, mostra-se irredutível em relação ao horário e não sugere outra alternativa.

Em relação à UPP Social, não se fala muito nos filmes. Em *5x Pacificação*, um morador chega a questionar⁴⁹ quais outros benefícios a UPP levaria. "*Porque polícia por polícia nós já temos. Tem que ter algo mais*". Ele ainda comenta que, quando a polícia entra,

⁴⁴ Situada entre 00:29:29 e 00:30:44.

⁴⁵ Situada entre 01:10:40 e 01:12:05.

⁴⁶ Em outra sequência, situada entre 00:45:15 e 00:47:27, essa senhora aparece chegando de ambulância na favela e sendo carregada em uma maca - por pessoas identificadas como sendo da Conferência Distrital de Saúde e por outros moradores - até sua casa.

⁴⁷ Situada entre 00:09:06 e 00:10:10.

⁴⁸ Na cena situada entre 00:39:42 e 00:41:39.

⁴⁹ Na sequência situada entre 00:07:05 e 00:07:40.

entram cursos e possibilidade de se praticar esportes, através da iniciativa privada. Entretanto, o filme não mostra nenhum projeto com essas características existente nas favelas. O que é mostrado, logo após essa sequência, é uma reunião⁵⁰ com moradores e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), onde a pauta é a regulamentação do serviço a ser prestado pela companhia. Em *Morro dos Prazeres*, até há um projeto de futebol coordenado por um morador do local⁵¹. A partir de identificação no uniforme das meninas que aparecem no filme, é possível constatar que há uma parceria com a Premier Skills, um programa britânico de incentivo ao esporte⁵². No local onde ocorrem os jogos, também há uma placa da MTV. Ainda assim, a questão fica implícita e não é trabalhada pelo filme. Em função disso, a impressão que fica é a de que, em última análise, a parte social do projeto de pacificação acabou ficando em segundo plano, quase que totalmente ofuscada pela ação da polícia em si.

Ainda sobre esse tema, em *5x Pacificação*, durante uma cena⁵³ de uma reunião entre os realizadores do filme, um deles diz que "[...] o projeto é muito maior do que só a ocupação policial, né. Um dos maiores questionamentos é que as outras secretarias não tão chegando junto". No mesmo filme, há uma cena⁵⁴ em que o deputado estadual Marcelo Freixo é entrevistado e diz que uma sociedade pacificada não tem só polícia, e que os moradores das favelas que receberam as UPPs estão descobrindo isso; eles aprovam o projeto em um primeiro momento, por terem suas vidas mais garantidas, mas é uma questão de tempo para isso se desgastar se as favelas continuarem apenas com a polícia. "*A polícia pode fazer parte de um projeto de pacificação. A polícia não pode ser o projeto de pacificação*". Dessa forma, é possível traçar um paralelo com o que foi visto nos capítulos iniciais deste trabalho em relação aos projetos mais antigos que tinham o objetivo de integrar as favelas à cidade, como o próprio Favela-Bairro, que, com o tempo, acabam sendo ignorados pelo Estado e deixam de gerar resultados.

A respeito da representação dos policiais das UPPs, mais especificamente, fazendo um resumo do que foi visto nas análises, a partir do ponto de vista do mesmo como indivíduo, trata-se de um personagem que ainda sofre as consequências dos anos em que a polícia só ia às favelas com o objetivo de prender criminosos, de forma violenta e opressora. Em função disso, é alguém que acaba gerando medo nos moradores desses locais, que vivenciaram esse

⁵⁰ Na cena entre 00:07:40 e 00:08:48.

⁵¹ Que aparece na sequência situada entre 00:27:43 e 00:31:23.

⁵² Conforme consta no site do programa, no Morro dos Prazeres, tanto policiais quanto líderes comunitários trabalham juntos para desenvolver as atividades para os jovens.

⁵³ Situada entre 00:12:30 e 00:12:57.

⁵⁴ Situada entre 00:59:21 e 00:59:45.

histórico de violência policial, e, ao mesmo tempo, ainda têm certo receio de possíveis problemas ocasionados pelo tráfico ou por outros crimes. E, talvez por esse receio, talvez para manter o respeito dos moradores, acabam perpetuando um comportamento opressor em alguns momentos, dificultando uma mudança na relação existente entre esses dois lados do contexto da pacificação.

Esse comportamento acaba por ser, em partes, explicado pela representação do policial das UPPs como instituição, que reforça que o projeto está em andamento, que esses "novos" policiais estão em formação, que é preciso convencê-los das vantagens de uma polícia de proximidade e de participação. Em *5x Pacificação*⁵⁵, uma soldado aluna do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) comenta que, para o projeto de pacificação, foram abertas muitas vagas para mulheres e que, tanto ela quanto as outras meninas do centro de formação, têm a ideia de "[...] *mudar um pouco essa visão da polícia. De que a polícia é truculenta... a polícia também tem cérebro e tem sensibilidade*". Entretanto, parece ainda haver uma lacuna muito grande entre esse discurso da polícia como instituição e as atitudes dos policiais que estão, diariamente, atuando nas Unidades de Polícia Pacificadora presentes nos filmes.

Essa lacuna parece ainda mais perceptível após a análise das sequências que trazem a representação do policial das UPPs a partir do ponto de vista dos moradores, que ainda demonstram uma desconfiança em relação aos policiais e, por vezes, até mesmo medo. Como visto na análise, os filmes parecem mostrar moradores mais céticos e outros mais esperançosos - mas essa esperança acaba sendo infundada, pois não há nenhum indicador que mostre que está, de fato, havendo uma mudança nessa relação entre policiais e moradores além do discurso da polícia. É claro que, como já dito, também há lugar para o lado mais humano dos policiais, mas é sabido que também não se pode generalizar; certamente nem todos os policiais das UPPs são adeptos de um comportamento opressor e violento - da mesma forma que é possível afirmar que, mesmo antes do projeto de pacificação, havia policiais que não se enquadravam nesse padrão. Em *5x Pacificação*, há uma sequência⁵⁶ em que um morador diz que acredita que a UPP tem tudo para ser um projeto de futuro, "*Porque quando eu vejo um policial hoje soltando pipa com uma criança, jogando bola de gude, jogando bola... Quando eu vejo os policiais da UPP no momento de lazer deles fazendo um joguinho de futebol UPP com gente da comunidade, eu começo a enxergar que isso é muito*

⁵⁵ Cena situada entre 00:20:19 e 00:20:46.

⁵⁶ Situada entre 00:16:25 e 00:16:50.

maior do que a gente imagina". Ainda assim, essa opinião não parece ser muito compartilhada por outros moradores presentes nos filmes.

Assim, como conclusão, o que se vê nos filmes é quase que uma antecipação do que ocorreria com o projeto das UPPs. Partindo agora para o fora de quadro, que muito auxiliou para uma melhor compreensão do que foi visto nos filmes, atualmente, mais de oito anos após a instalação das primeiras UPPs, quatro anos após o lançamento de *5x Pacificação* e três após o lançamento de *Morro dos Prazeres*, o clima de incerteza em relação ao projeto de pacificação permanece - mas agora sem tantas expectativas quanto foi visto nos documentários. A incerteza diz respeito mais à questão da continuidade do projeto, pois, quando se fala de resultados, é quase óbvio o fracasso das UPPs. Conforme notícia publicada no portal UOL, nas três primeiras semanas de 2017, 16 policiais morreram no estado do Rio de Janeiro e foram registrados cerca de 18 tiroteios por dia. Entre novembro e dezembro de 2016, foram registrados mais de quatro mil assassinatos (14 por dia), quase 20% a mais do que em 2015. Em julho de 2016, a Anistia Internacional lançou um aplicativo chamado Fogo Cruzado, que permite aos cariocas avisarem sobre tiroteios e assaltos, para que outras pessoas possam evitar essas áreas. Desde sua criação até o fim de janeiro de 2017, a ferramenta teve mais de 50 mil downloads e 2.517 avisos de tiroteios.

Ainda na mesma matéria publicada no UOL, há uma declaração da gestora de dados da Anistia Internacional, Cecília Oliveira, que diz:

Chama a atenção que em áreas "pacificadas" como o Complexo da Penha ou do Alemão haja 29 mortos - quatro deles policiais - e 56 feridos - 25 policiais . Estas áreas deveriam ser um exemplo de segurança pública [...]. O projeto das UPP não demonstra ser efetivo para acabar com os abusos. (UOL Notícias, 217)

Em entrevista, também ao UOL, Luiz Eduardo Soares diz que, para que as UPPs funcionassem, era preciso três coisas:

1) que o policiamento fosse verdadeiramente respeitoso, do tipo comunitário, o que não aconteceu; 2) que o Estado estivesse presente cumprindo suas outras obrigações, na área de saneamento, educação, saúde, meio ambiente. Sem essa presença multidimensional isso também se perderia; e 3) uma pré-condição para que tivesse sustentabilidade: a reforma profunda das polícias, particularmente da Polícia Militar, porque, senão, esse policiamento acabaria reproduzindo a brutalidade e a corrupção conhecidas e a médio prazo retiraria toda a legitimidade e acabaria com o programa, como aconteceu definitivamente. (SOARES, 2017).

Soares ainda pontua o caso Amarildo como o símbolo da virada da experiência das UPPs - algo já mencionado no começo deste trabalho.

Ainda, não há como não mencionar a saída de Beltrame da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro em outubro de 2016, após permanecer quase dez anos no cargo. Conforme matéria publicada no G1, foi o próprio Beltrame que pediu demissão - algo que ocorreu, oficialmente, logo após um confronto durante uma operação na favela do Pavão-Pavãozinho, quando três suspeitos morreram e oito foram presos e no qual, segundo o então secretário, a polícia “cumpru seu papel”. Além disso, um mês depois, o ex-governador Cabral, que, assim como Beltrame, aparece em *5x Pacificação*, exaltando o projeto das UPPs, foi preso acusado de receber milhões em propina. Diante dessa situação, é difícil imaginar que o projeto de pacificação realmente daria certo, quando não parece haver, de fato, um interesse e empenho do governo para que isso ocorra.

A partir desses dados e opiniões e do sentimento de dúvida e receio em relação às UPPs que permeia os dois documentários, percebe-se o caráter que o cinema tem de documentar e fundamentar a realidade - o que também foi visto nos capítulos mais iniciais do trabalho. Mesmo que, quando os filmes foram lançados, ainda houvesse alguma esperança em relação ao projeto de pacificação, as falhas evidenciadas, como o comportamento ainda opressor da polícia e a falta de uma base social mais sólida, com ações voltadas para educação, saneamento, lazer e cultura, já denunciavam que algo não ia bem - e que, se permanecesse como estava, não haveria como as UPPs gerarem resultados positivos. Ainda não se sabe ao certo por quanto tempo o projeto irá permanecer ou que rumos vai tomar. Mas, de qualquer forma, tem-se nesses filmes documentos de como o processo se deu, com seus pontos positivos e negativos, com suas virtudes e fraquezas, fazendo com que o cinema, como já disseram Aumont et al. (2006), permaneça como um registro na história.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antônio de. O cinema policial no Brasil: entre o entretenimento e a crítica social. **Especiaria**: Caderno de Ciências Humanas, Bahia, v. 10, n. 17, p. 137-173, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/marco_antonio.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. A Sociedade e a Lei: O Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v.3, n. 6, 33 p., [2002]. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n6/index.html>. Acesso em: 7 mar. 2016.

AUMONT, Jacques. **El ojo interminable**. Barcelona: Paidós, 1997, 208 p.

AUMONT, Jacques et al. **A estética do filme**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2006. 299 p.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. 2. ed. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2009, 216 p.

_____. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2010, 335p.

BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998, 178 p.

BARROCAL, André. Se cadeia resolvesse, o Brasil seria exemplar. **Carta Capital**, 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/838/se-cadeia-resolvesse-4312.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS. **O batalhão**. Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em: <<http://www.bopeoficial.com/o-batalhao/batalhao/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BUTCHER, Pedro. **Cinema Brasileiro hoje**. São Paulo: Publifolha, 2005, 111 p.

CABRAL, Andressa. Favela-Bairro: 20 anos depois. **Viva Favela**: um projeto Viva Rio. Rio de Janeiro, [2014]. Disponível em: <<http://vivafavela.com.br/513-favela-bairro-20-anos-depois/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CARNEIRO, Júlia Dias. No Rio, polícia origina mais violência no combate ao tráfico que no México. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro, 23 de dez. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111222_rio_mexico_narcotrafico_jc.shtml>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CASO Amarildo: juíza condena 12 dos 25 policiais militares acusados. **G1**, Rio de Janeiro, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, n. 20120501, 18 p., mai. 2012. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CINEMATECA BRASILEIRA. **Filmografia brasileira**. São Paulo, [2015]. Disponível em: <<http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

COELHO, Henrique. Rio teve mais de 3.250 autos de resistência entre 2010 e 2015, diz ISP. **G1**, 17 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/rio-teve-mais-de-3250-autos-de-resistencia-entre-2010-e-2015-diz-isp.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CUNHA, Carolina. Segurança pública: Em seis anos de implantação, UPPs ainda enfrentam desafios nas comunidades do Rio. **Uol vestibular: resumo das disciplinas - Atualidades**. 17 de maio de 2014. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/seguranca-publica-em-seis-anos-de-implantacao-upps-ainda-enfrentam-desafios-nas-comunidades-do-rio.htm>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 371-401, jul./set. 2011. Disponível em <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-3-Art1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 14, n. 828, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

GALDINO, Tatiana. UPPs: seis anos depois, falta de diálogo é problema a ser superado. **Carta Capital**, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/upps-seis-anos-depois-falta-de-dialogo-e-problema-a-ser-superado-3774.html>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. O filme e a representação do real. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 6, 12 p, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/90/90>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HAMBURGER, Esther. Políticas da representação: ficção e documentário em *Ônibus 174*. In: MOURÃO, Maria Dora; LABAKI, Amir (Org.). **O cinema do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 196-215.

HEREDERO, Carlos F.; SANTAMARINA, Antonio. **El cine negro: maduración y crisis de la escritura clásica**. Barcelona: Paidós, 1996, 159 p.

LEITE, Márcia Pereira. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

LIMA, Roberto Kant de. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos**. 2. e.d. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 164 p.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 94 p.

LUSVARGHI, Luiza. É Tudo Verdade: Mídia, Ficção e Realidade nos Filmes Policiais Brasileiros. **Comunicación y Medios**, Santiago, Chile, n. 29, p. 92-105, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.comunicacionymedios.uchile.cl/index.php/RCM/article/viewFile/30152/34126>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. História, Ficção e Realidade nos filmes policiais brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0721-1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

LYRA, Bernadette. A emergência dos gêneros no cinema brasileiro: do primeiro cinema às chanchadas e pornochanchadas. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 141-159, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/197>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 2-24, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-8-1-Art1.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

_____. **Afinal, qual é a das UPPs?** Março de 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetroplites.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; ROCHA, Simone Maria. Representações fílmicas de uma instituição policial violenta: resquícios da ditadura militar em Tropa de Elite. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 49-58, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/marco_antonio.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

NEGREIROS, Dario de. UPP: os cinco motivos que levaram à falência o maior projeto do governo Cabral. **Fórum**, Rio de Janeiro, 12 de fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/02/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-a-falencia-o-maior-projeto-do-governo-cabral/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. **Significação**, v. 39, n. 37, p. 10-30, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/71238>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas Afinal... O que é Mesmo Documentário?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. 447 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a. 151 p.

_____. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b. 128 p.

RIO MAIS SOCIAL. **Territórios**. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/territorios/>>. Acesso em: 1 de mar. 2016.

ROSSINI, Miriam de Souza. Favelas e favelados: a representação da marginalidade urbana no cinema brasileiro. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, n. 10, p. 29-34, nov. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/795>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SANTIAGO, Emerson. Constituição de 1988. **Infoescola**, [ca. 2005]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 18. fev. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. **Rio de Janeiro: Histórias de vida e morte**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 253 p.

SOARES, Luiz Eduardo. **UPP fracassou porque só ela não basta, diz ex-secretário nacional de Segurança** [6 jan. 2017]. Entrevistador: Guilherme Azevedo. São Paulo, UOL Notícias, 6 jan. 2017. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/06/upp-fracassou-porque-so-ela-nao-basta-diz-ex-sub-da-seguranca-do-rj.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

STORANI, Paulo. A construção da identidade dos Caveiras do Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Kula: Antropólogos del Atlántico Sur** (Revista de antropología y ciencias sociales), Buenos Aires, n. 2, p. 50-64, abril de 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/artigo_publicado_na_revista_kula_2_construcao_da_identidade_dos_caveiras_bope_pmerj_brasil.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

STRUCK, Jean-Philip. Fim do "auto de resistência" é mudança cosmética, dizem especialistas. **Carta Capital**, 13 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fim-do-auto-de-resistencia-e-mudanca-cosmetica-dizem-especialistas>>. Acesso em: 18. fev. 2016.

THOMÉ, Clarissa. Violência no Rio de Janeiro retoma níveis pré-UPPs. **Estadão: Geral**, 3 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-no-rio-de-janeiro-retoma-niveis-pre-upps,1161837>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

UOL Notícias. **Em meio a caos econômico, Rio de Janeiro enfrenta crise de segurança**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2017. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/01/28/em-meio-a-caos-economico-rio-de-janeiro-enfrenta-crise-de-seguranca.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

UPP. **As Upps: O que é?** Rio de Janeiro, [2014]. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>. Acesso em: 24 fev. 2016.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: PAPIRUS, 1990, 152 p.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. 280 p.

ZALUAR, Alba. Dilemas, desafios e problemas da UPP no Rio de Janeiro. In: Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros, 12., 2014, Londres. **Anais eletrônicos...** Londres: BRASA, 2014. Disponível em: <<http://www.brasa.org/congresso-brasa-xii/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 438 p. (Violência, Cultura e Poder).

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

Filmografia

5x Pacificação. Direção e roteiro: Wagner Novais, Luciano Vidigal, Cadu Barcellos e Rodrigo Felha. Produtores: Carlos Diegues e Renata Almeida Magalhães. Rio de Janeiro: Luz Mágica Produções Audiovisuais Ltda, 2012. 1 DVD (83 min).

À QUEIMA roupa. Direção, roteiro e produção: Theresa Jessouroun. Música: Tim Rescala. Rio de Janeiro: Kinofilmes, 2014. 90 min.

ALEMÃO. Direção: José Eduardo Belmonte. Produção: Rodrigo Teixeira. Intérpretes: Caio Blat; Milhem Cortaz; Otávio Müller; Cauã Reymond; Gabriel Braga Nunes; Antônio Fagundes; Marcello Melo Jr e outros. Produtor: Rodrigo Teixeira. Roteiro: Gabriel Martins. Rio de Janeiro: RT Features, 2014. 1 DVD (109 min).

ASSALTO ao trem pagador. Direção e roteiro: Roberto Farias. Intérpretes: Eliezer Gomes, Luisa Maranhão, Reginaldo Faria, Grande Otelo, Atila Iorio, Miguel Rosemberg, Clementino Kelé, Helena Ignêz e outros. Produção: Roberto Farias, Herbert Richers e Arnaldo Zonari. Música: Remo Usai. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas Herbert Richers S.A., 1962. 98 min.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Intérpretes: Matheus Nachtergaele; Alexandre Rodrigues; Leandro Firmino; Douglas Silva; Roberta Rodrigues; Jonathan Haagensen; Daniel Zettel; Phelipe Haagensen. Roteiro: Bráulio Mantovani. Música: Antonio

Pinto; Ed Côrtes. Brasil/França: O2, 2002. 1 DVD (130 min). Produzido por O2 Filmes. Baseado no romance de Paulo Lins.

JUÍZO. Direção e roteiro: Maria Augusta Ramos. Produtor: Diler Trindade. Rio de Janeiro: Diler & Associados; Nofoco Filmes, 2007. 1 DVD (90 min).

JUSTIÇA. Direção e roteiro: Maria Augusta Ramos. Produtores: Luís Vidal, Niek Koppen, Jan de Ruiter e Reneé Van der Grinten. Rio de Janeiro: Limite Produções, 2004. 1 DVD (100 min).

MORRO dos Prazeres. Direção e roteiro: Maria Augusta Ramos. Produtores: Daniela Santos, Eduardo Ades, Maria Augusta Ramos e Sylvia Baan. Rio de Janeiro: Bretz Filmes, 2013. 1 DVD (90 min).

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção e roteiro: João Moreira Salles e Kátia Lund. Produtora: Raquel Zangrande. Música: Antônio Pinto. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999. 1 DVD (57 min).

ÔNIBUS 174. Direção e roteiro: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado. Música: Sacha Amback e João Nabuco. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2002. 1 DVD (128 min).

OPERAÇÕES Especiais. Direção: Tomás Portella. Produtores: Rodrigo Castellar e Pablo Torrecillas. Intérpretes: Cleo Pires; Fabrício Boliveira; Marcos Caruso; Thiago Martins; Antonio Tabet; Fabiula Nascimento; Fábio Lago. Roteiro: Tomás Portella e Martina Rupp. Música: Antonio Pinto. Rio de Janeiro: TC Filmes, 2015. 1 DVD (90 min).

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Produção: Marcos Prado e José Padilha. Intérpretes: Wagner Moura; André Ramiro; Caio Junqueira; Maria Ribeiro; Fernanda Machado; Milhem Cortaz; Fábio Lago; Fernanda de Freitas; Paulo Vilela; Marcelo Valle; Marcello Escorel; André Mauro; André Santinho e outros. Roteiro: José Padilha, Rodrigo Pimentel e Bráulio Mantovani. Música: Pedro Bromfman. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007. 1 DVD (116 min).

TROPA de Elite 2. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado. Intérpretes: Wagner Moura; Iranthir Santos; André Ramiro; Pedro Van-Held; Maria Ribeiro; Sandro Rocha; Milhem Cortaz; Tainá Müller; Seu Jorge; André Mattos; Fabrício Boliveira; Jovem Cerebral e outros. Roteiro: José Padilha e Bráulio Mantovani. Música: Pedro Bomfman. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2010. 1 DVD (115 min).

ANEXO A - Ficha técnica de *Morro dos Prazeres*

Direção e roteiro:	Maria Augusta Ramos
Montagem:	Karen Akerman
Som:	Felipe Schultz Mussel
Direção de fotografia:	Guy Gonçalves e Leo Bittencourt
Edição de som:	Bernardo Uzeda
Mixagem:	Gustavo Loureiro
Diretor assistente:	Leo Bittencourt
Produção executiva:	Sylvia Baan, Maria Augusta Ramos, Eduardo Ades e Daniela Santos
Direção de produção:	Eduadro Ades e Daniela Santos
Produtor associado:	Imagem-Tempo
Redator chefe VPRO:	Barbara Truyen
Produtores KeyDocs:	Janeke Doolaard, Hanneke Niens e Hans De Wolf
Produtora Nofoco Filmes:	Maria Augusta Ramos
Tempo:	90 min
Ano:	2013

ANEXO B - Ficha técnica de *5x Pacificação*

Direção:	Cadu Barcellos, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Wagner Novais
Roteiro:	Rafael Dragaud, Cadu Barcellos, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Wagner Novais
Produzido por:	Renata Almeida Magalhães e Carlos Diegues
Produção:	Luz Mágica
Distribuição:	H2O Filmes e Riofilme
Colaboração de roteiro:	Cacau Amaral, Luciana Bezerra e Manaira Carneiro
Direção de fotografia:	Arhur Sherman
Edição:	Thiago Lima
Tempo:	83 min
Ano:	2012

ANEXO C - Listagem das Unidades de Polícia Pacificadora (por ordem crescente de inauguração)

Favela	Inauguração
Santa Marta	19/12/2008
Cidade de Deus	16/02/2009
Batan	18/02/2009
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06/2009
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009
Tabajaras e Cabritos	14/01/2010
Providência	26/04/2010
Borel	07/06/2010
Formiga	01/07/2010
Andaraí	28/07/2010
Salgueiro	17/09/2010
Turano	30/10/2010
São João, Matriz e Quietos	31/01/2011
Escondidinho e Prazeres	25/02/2011
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02/2011
São Carlos	17/05/2011
Mangueira	03/11/2011
Macacos	30/11/2011
Vidigal	18/01/2012
Nova Brasília	18/04/2012
Fazendinha	18/04/2012
Adeus e Baiana	11/05/2012
Alemão	30/05/2012
Chatuba	27/06/2012
Fé e Sereno	27/06/2012
Parque Proletário	28/08/2012
Vila Cruzeiro	28/08/2012
Rocinha	20/09/2012
Jacarezinho	16/01/2013
Manguinhos	16/01/2013
Barreira do Vasco e Tuiuti	12/04/2013
Caju	12/04/2013
Cerro-Corá	03/06/2013

Arará e Mandela	06/09/2013
Lins	02/12/2013
Camarista Méier	02/12/2013
Complexo da Mangueirinha	07/02/2014
Vila Kennedy	23/05/2014